



ESCOLA informação

N.º 301 outubro . 2022 . MENSAL . 0,50€

SPGL SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA



Sindicato dos Professores da Grande Lisboa

RESPEITO

Precariedade não! • Carreira reconposta • Salários atualizados.
Horários legais • Aposentação justa!

RESPEITO

Precariedade não! • Carreira reconposta • Salários atualizados.
Horários legais • Aposentação justa!

Dossier

EDUCATION AT A GLANCE 2022



LEITURAS

Marques, Fernando Pereira

«**Quem Manda?...**»:

Nacional-Salazarismo e Estado Novo, vol. 1,
Lisboa, 2022.

Com este ensaio, em dois volumes, Fernando Pereira Marques faz uma caracterização exaustiva, perspicaz e por vezes irónica do regime político ditatorial consagrado pela Constituição plebiscitada de 1933 que seria derrubado pela Revolução de 25 de abril de 1974. O primeiro volume incide sobre o sistema político ideológico do “nacional salazarismo”, expressão feliz, enquanto o segundo sobre os seus dois grandes pilares, o pilar teocrático e o pilar militar. Característica fundamental deste regime que nos governou 48 anos é a personalização do poder em mãos do *Chefe*, Salazar, o que desde logo o coloca em contracorrente com a modernidade em que, pelo contrário, a despersonalização e a racionalização institucional do poder político constitui o seu aspeto central. Personalização do poder que, para Salazar, reveste a forma de um serviço desinteressado, como “um grande sacrifício” pelo “meu País, como dever de consciência, friamente, serenamente cumprido”, segundo afirma no seu discurso de tomada de posse como ministro das Finanças em 27 de abril de 1928. Como o autor abundantemente demonstra, este aparente desinteresse apenas oculta

uma inconfessada vontade de poder que lhe permitirá ascender à presidência do conselho de ministros com o afastamento de todos os seus adversários reais e potenciais.

Relativamente ao regime fascista de Mussolini e ao nacional-socialismo de Hitler, o nacional salazarismo tem uma característica distintiva que o autor sublinha: não é o partido único que cria o regime, mas, pelo contrário, o regime já estabelecido que o cria. Ao contrário do Partido Nacional Fascista e do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP), a União Nacional (UN) salazarista não é considerada um partido, mas um não-partido, como dizia António Ferro “uma associação sem carácter de Partido independente do Estado” (p. 68). Tal é consequência do conservadorismo atávico do regime que alegadamente representa: por um lado, o medo das massas, sobretudo urbanas, que tinham estado na origem daqueles dois partidos – Palmiro Togliatti caracterizava-os corretamente como “partidos reacionários de massas” –; por outro lado, a rejeição do pluripartidarismo, já que admitir a existência de um partido implica necessariamente pressupor, de certo modo, a existência de outros contra os quais o primeiro se bate, como aconteceu com o NSDAP que venceu por maioria relativa duas eleições na Alemanha antes do poder lhe ter sido oferecido de bandeja pelo Presidente da República alemã, Hindenburg. Salazar critica e opõe-se com veemência ao conceito de cidadão, livre e titular de direitos individuais e políticos, que nasceu com a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789. Para ele, o cidadão é uma abstração, “um conceito erróneo e insuficiente que deveria ser substituído por grupos naturais necessários à vida individual e de que se constitui realmente a política.” (p. 30). Trata-se das chamadas “corporações morais e económicas” que substituem o pluralismo partidário e cujos alegados representantes têm assento numa Câmara Corporativa com funções meramente consultivas de aconselhamento técnico. Já o teórico do corporativismo

do regime de Mussolini, o ex-sindicalista revolucionário convertido ao fascismo Robert Michels, defendia, em 1911, que o sistema representativo era incapaz de “representar» uma massa de cidadãos socialmente complexa em toda a enorme multiplicidade dos seus problemas políticos e económicos altamente diferenciados”, o que mostra que a origem do ataque ao pluralismo político remonta ao período anterior à I Guerra Mundial. Emile Durkheim alinha pelo mesmo diapasão na sua obra *A Divisão do Trabalho Social* (1893), em que corporações são concebidas como “órgãos intermédios” entre o governo e as massas. Ao contrário dos regimes fascista e nacional socialista, o nacional salazarismo foi obrigado, de acordo com a Constituição de 1933, a manter um simulacro de eleições para Assembleia Nacional até 1973 e a Presidência da República até 1959, num contexto de condicionamento e perseguição política em que a Oposição era considerada como o “inimigo” do regime e da “situação”. Em consequência, o Parlamento, em que tinham assento apenas os “deputados” da UN, estava subordinado ao Executivo no plano legislativo, como o afirma lapidariamente Fezas Vital, membro da Câmara Corporativa: “O Governo é o órgão legislativo normal e a Assembleia o órgão legislativo excepcional.” (p. 180). As eleições acabavam, no fundo, como refere ironicamente o autor, por ser uma grande “maçada” para o regime (p. 298) que, no entanto, era obrigado a encenar-las periodicamente para garantir a sua legitimação formal e repartir o poder político pelos seus apoiantes e clientelas. Neste contexto de “sacrifício” e de combate ao “inimigo”, a oposição democrática, a política, como antecipa Salazar já em 1925, “é um *mal*, contanto que à nossa consciência se imponha como um *mal necessário*”. Em suma, esta reveste a forma do seu contrário, da antipolítica. (Continua)

Joaquim Jorge Veiguinha



A luta é inevitável.

Um processo que pode ser prolongado, mas onde todos temos de estar presentes

O que fazer perante um Orçamento de Estado que passa ao lado dos problemas dos professores e, claro, da Escola Pública? Um documento já aprovado na generalidade pela maioria parlamentar que sustenta este governo e que, no que diz respeito à Educação, reduz em cerca de 7,6 % as verbas transferidas por comparação com 2022, considerando a despesa total consolidada?

Orçamento que, além de não repor, nem de longe nem de perto, a perda de poder de compra, que este ano foi até agravada por um conjunto de fatores bem conhecidos, acumula com uma já longa década de real desvalorização salarial de todos os trabalhadores da Administração Pública, onde se incluem, como é óbvio, os professores e educadores.

Mas este Orçamento também nada prevê para tudo o resto, ou seja, todas aquelas matérias que estão no Protocolo Negocial que foi entregue ao ministro João Costa no início do mês de agosto e que aguardam o início de uma negociação. Nele se incluem as questões da carreira, da precariedade, da aposentação, do rejuvenescimento e dos horários de trabalho. Esta negociação, já percebemos, só acontecerá com uma forte intervenção dos professores.

Recentemente, durante a Cimeira em Nova Iorque, convocada pelo Secretário-Geral da ONU, intitulada “Transformação da Educação”, o ministro João Costa assumiu compromissos e desmultiplicou-se em declarações e juras de amor sobre a importância do investimento na Educação e do diálogo com os sindicatos do setor. Aliás, esta foi, também, uma das conclusões desta Cimeira a necessidade do reconhecimento do papel dos sindicatos como parceiros fundamentais na construção da Escola Pública.

No entanto, por cá, o Ministro vai manchando a imagem dos professores junto da opinião pública e publicada.

Por exemplo, quando de forma ligeira atribui a tão anunciada falta de professores ao absentismo por baixas médicas, nunca referindo a causa essencial deste problema, que reside em aspetos como uma carreira destroçada, professores desgastados, burocracia inútil e precariedade prolongada. Esses sim, são os verdadeiros problemas de uma carreira que afasta cada vez mais os jovens.

Entretanto, João Costa vai apresentando soluções “milagrosas” para a resolução do problema da falta de professores: o completamento de horários nas zonas do país onde as carências são maiores, a renovação de contratos, as alterações ao regime de habilitações para a docência e a tudo isto junta, agora, a “jóia da coroa”, a contratação direta de professores pelas escolas, indo até mais longe, apontando a possibilidade de serem as escolas a vincular diretamente os seus docentes. Todas as experiências recentes destas “aventuras” como, por exemplo, a bolsa de contratação de escola, a famosa BCE, demonstraram a perversidade do processo. Quase tudo era permitido, desde o clientelismo a favorecimentos pessoais e concursos dirigidos a determinados candidatos, os tais que tinham o “Perfil de competências”. Muito recentemente, a Comunicação Social pôs até a nu o célebre concurso de um Diretor que contratou diretamente a esposa para a “sua” escola.

Caros colegas, a isto temos que dizer não.

Não nos podemos conformar com o estado a que isto chegou, com o arrastar de problemas durante anos sem que exista vontade política de os resolver.

Não queremos ser “entretidos” com reuniões de suposta negociação, mas que passam ao lado de todas as nossas reivindicações.

A luta é inevitável e, no dia 2 de novembro foi dado o pontapé de saída de um processo que pode ser prolongado, mas onde todos temos de estar presentes.

O que está em causa é, também, uma carreira construída por gerações de professores, agora completamente destroçada e que tem de ser recuperada. ■



ficha técnica:

Diretor: José Feliciano Costa .**Chefe de Redação:** Manuel Micaelo . **Conselho de Redação:** António Avelãs, Albertina Pena, Paula Rodrigues, Paula Santos, Joaquim Veiguinha, Carlos Leal **Redação:** Lígia Calapez e Sofia Vilarigues (Jornalistas) . **Design Gráfico e Paginação:** Dora Petinha . **Capa:** Dora Petinha sobre foto Jorge Caria . **Composição:** Fátima Caria . **Revisão:** Lígia Calapez . **Impressão:** Multiponto, S.A.. Edição e Propriedade de: **Sindicato dos Professores da Grande Lisboa**, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa . NIPC: 501057528 Periodicidade: Mensal. Tiragem: 17 500 Depósito legal: 9157/85 . ICS: 109893.



2 Sugestões

3 Editorial

5 Dossier

Education at a Glance 2022

14 Cidadania

Extrema Direita no poder em Itália

16 Reportagem

“Temos uma grande procura e eles gostam muito”

20 Quando as fazemos olhar, as pessoas pensam. E descobrem muito mais coisas

22 Orçamento de Estado 2023

24 Dia Mundial do Professor

24. Os Professores portugueses exigiram respeito

25. Regime de concursos: nem amiguismo nem submissão!

26. A transformação da educação começa com os professores

26. Os professores são o coração pulsante da Educação

27 Escola/Professores

27. SPGL em luta por aumento dos salários e pensões

27. 2 de novembro: Greve e concentração dos professores e educadores

28. Greve de 21 de outubro dos docentes das IPSS e Misericórdias

28. Novo Contrato Coletivo no Ensino Particular e Cooperativo

28. Do Lyceu Camões à Escola Secundária Camões

28. Conselho Geral

29. Helena Gonçalves: Nada nos é oferecido, temos de conquistar os direitos

30 Opinião

A quem serve este orçamento?

31 Prémio Urbano Tavares Rodrigues: De Realidades Trágicas a um Romance Fulgurante

33 Aos Sócios

35 Consultório Jurídico

Concursos do pessoal docente dos ensinos básico e secundário e mobilidade interna

A atividade sindical não carece de autorizações

1. Já por várias vezes, mesmo agora durante a ida a escolas para mobilizar para a greve de 2 de novembro, querendo dirigir-me à sala de professores, me vi confrontado com a necessidade avançada pelo assistente operacional de “ter de perguntar à direção se pode entrar”. Na quase totalidade dos casos, a autorização é dada. Mas torna-se necessário alertar as direções e os funcionários das escolas que a ida à escola, nomeadamente à sala de professores, em trabalho sindical, não carece de autorização de quem quer que seja. Pode ser exigida identificação; por cortesia pode o dirigente sindical dirigir-se à direção; mas o seu trabalho sindical não está dependente de qualquer autorização! Devem os sindicatos da FENPROF tomar medidas nesse sentido. Porque direito sindical que não se usa nem reivindica torna-se quase sempre direito perdido. Outra exigência a fazer é que se respeite a legislação que regula a existência de espaço próprio para afixação de material sindical. Que tem de ser um espaço adequado: em local bem visível e suficientemente amplo - não podendo ser coibido nenhum sindicato de ter um espaço próprio e exclusivo para si. Muitas vezes me confronto com a não existência de placard sindical ou este reduzido a um minúsculo quadro onde com dificuldade cabe um cartaz! E que muitas vezes sindicatos irrelevantes ocupam no primeiro dia de aulas com cartazes ou panfletos que aí amarelecem ao longo do ano.

2. Já agora: nesta mobilização para 2 de novembro nas escolas onde fui não encontrei nenhum cartaz ou outra informação sobre a greve além do material da FENPROF, sendo que a greve é, formalmente, convocada por vários outros sindicatos. Certamente terão enviado material para os seus sócios por via eletrónica; mas a maioria dos docentes não está sindicalizada e os docentes não sindicalizados também merecem ser mobilizados. Ou será que esses sindicatos se limitam a pôr o seu símbolo no cartaz geral e a aparecer com umas quantas enormes bandeiras na manifestação, a marcar presença e fingir que existem? ■

“Apelamos a todos os governos para que intensifiquem e façam a sua parte: invistam nos professores, envolvam os professores, confiem nos professores, respeitem os professores.”

David Edwards

PÁGINA
26

Miguel André

Dossier

ESCOLA INFORMAÇÃO Nº301 outubro 2022

Education at a Glance 2022

Os dados da OCDE “mostram que a nossa participação pública está, embaraçosa e surpreendentemente, abaixo da maioria dos nossos congéneres europeus”, afirma João Cruz no texto que abre este dossier. Um subfinanciamento por todos salientado e que afeta toda a educação pública. A encerrar este conjunto de análises em torno do documento da OCDE “Education at a Glance 2022”, António Avelãs escarpeliza a discrepância entre os números e a realidade concluindo que, no que respeita ao investimento na educação, “Portugal não fica bem na fotografia”. ■





A beleza está nos olhos de quem a vê: o ensino superior e a investigação pela lente da OCDE

• João Cruz

|Delegado Sindical do SPGL|

Em 1947 os EUA deram início ao Plano Marshall com vista à reconstrução dos 11 países europeus que tinham sido devastados pela guerra de 1939-1945 e de mais seis periféricos. O Plano, de empréstimos em dólares, obrigou os Estados beneficiários a remover barreiras alfandegárias, a importarem utensilagem industrial, matérias-primas, bens acabados e a americanizarem as suas economias. O “Acordo Bilateral de Cooperação Económica entre Portugal e EUA”, assinado em

1948, trouxe para Lisboa 55 milhões de dólares de “auxílio direto Marshall” - uma gota de água num oceano. Não se conseguem apurar os valores da ajuda indireta.

Para administrar o Plano Marshall na Europa, os EUA criaram uma associação com o Canadá e com os Estados recetores. Em 1961 a associação passou a denominar-se Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, OCDE. Hoje tem 38 sócios, sede em Paris e, significativamente, delegações em Berlim, Cidade do México, Tóquio e Washington. O Estado Português

paga uma quota fixa de 2,5 milhões de euros/ano (acrescida de uma renda variável que poderá ir até 2 milhões de euros) para ser sócio da OCDE, o que corresponde a 1,2% do orçamento da associação. A quota de cada sócio reflete o seu peso na condução da associação, sendo que ninguém supera o valor de 3%, exceto os seis maiores: Canadá (3,5%), França (5%), Reino Unido (5%), Alemanha (7%), Japão (9%) e EUA (20%, sim, vinte).

A OCDE é, pelas suas próprias palavras, “um agrupamento de Estados-membro, comprometidos com o governo democrático

e a economia de mercado, que fornece um fórum onde os respetivos Governos podem comparar e trocar experiências políticas, identificar boas práticas e promover decisões e recomendações alinhadas com a missão fixada na sua Convenção fundadora”, a saber: fomentar o crescimento económico, elevar o nível de vida, atingir estabilidade financeira e expandir o comércio mundial.

A OCDE, a quem a revista *The Economist* sempre chama “um clube de países maioritariamente ricos”, é hoje uma organização que se dedica a recolher dados comparáveis a cerca de 27 assuntos diferentes. Com estes dados elabora estudos de onde extrai conclusões, recomendações, normas (de adesão voluntária), diretrizes e sugestões que usa para influenciar ou aconselhar os Governos. Faz estudos por iniciativa da sede ou por encomenda de um sócio. Existem três áreas principais de estudo: retratos da economia mundial ou de países isolados, evasão fiscal e educação.

Todos os anos, desde 2000, a OCDE publica o relatório “Education at a Glance – OCDE indicators”, que distribui gratuitamente. As 460 páginas da edição de 2022, divulgadas a 03 de Outubro, vêm enriquecidas com uma publicação-satélite intitulada “Spotlight on tertiary education – Findings from Education at a Glance 2022”, com 32 páginas. O editorial do “Education at a Glance” de 2022 declara que a edição deste ano se centra no “ambiente de mudança que se vive na Educação Terciária”. Importa aqui fazer uma nota: para a OCDE existe ensino primário, secundário e terciário. Ensino Terciário é a fórmula semântica usada pela OCDE para nomear o Ensino Superior e Investigação (ESI).

Este Terciário constitui-se como uma continuação do ensino secundário, seguindo os eixos estruturantes deste, ou seja: um ensino tendencialmente de massas e quase obrigatório, não elitista, dirigido à formação de cidadão trabalhadores, grandemente di-

rigido para satisfazer as oscilações da procura no “mercado de trabalho”, assegurando “boa empregabilidade” e priorizando a formação de habilidades num pequeno conjunto de tecnologias ou de gestão de empreendimentos com elas relacionados. A missão de formar cidadãos de forma integral (universitas), elitista, reflexiva, dotados de conhecimento e agência social e cultural, e com capacidade política, que o Ensino Superior adotou como sua ao longo de séculos, não ocupa lugar nas primeiras filas do novo Terciário.

O retrato do Terciário que a OCDE nos oferece é precioso. Se não existisse esta publicação anual, muitos aspetos centrais do ESI Português não seriam conhecidos, mesmo por quem nele trabalha. Não está tudo à mostra, mas está muito. Os dados referentes a Portugal são fornecidos pelo ME e MCTES. Recomenda-se a leitura.

Os números são inócuos, mas no meio deles, no uso da linguagem, no foco sobre alguns detalhes e nas conclusões sintéticas que vão surgindo ao longo do “Education at a Glance”, são evidentes algumas pistas traçadas. São recomendações pastoris que correspondem àquilo que a OCDE considera ser bom caminho que deve ser percorrido pelos Governos dos Estados-membro.

Destacamos agora uma amostra de características do ESI português e uma amostra das pistas que a OCDE plasmou no relatório deste ano.

Características:

- O número de alunos admitidos não para de crescer. 48% dos jovens com 25-34 anos já frequentam o ensino superior em Portugal, o que supera a meta traçada pela UE para 2030. O rácio nacional docente-aluno é de 1 para 14,8, idêntico às médias da OCDE e EU.

- Portugal diverge da generalidade da OCDE pelo número proporcionalmente baixo de alunos

que se inscreve em cursos de formação de professores, TIC e em doutoramentos;

- São ainda poucos os alunos que terminam os seus cursos no prazo normal. 38% dos matriculados em licenciatura e 67% dos matriculados em mestrado integrado terminam o curso dentro do prazo. Estas taxas são idênticas às da OCDE, mas indiciam um defeito estrutural;

- A despesa por aluno-equivalente-a-tempo-integral, ajustado o PIB por Paridade de Poder de Compra (PIBPPC), no ESI português (11.858 dólares) permanece bastante abaixo da média da OCDE (17.559 dólares) e mantém-se inalterada desde 2012.

- Os professores e investigadores formam uma população perigosamente envelhecida, masculinizada, concentrada e estagnada nas categorias mais baixas da carreira (76%), com um número residual de trabalhadores no topo da carreira (6%). A maioria destes tarda 30 anos entre a categoria profissional de entrada e o auge real da sua carreira. 77% destes trabalhadores são professores que

A missão de formar cidadãos de forma integral (universitas), elitista, reflexiva, dotados de conhecimento e agência social e cultural, e com capacidade política, que o Ensino Superior adotou como sua ao longo de séculos, não ocupa lugar nas primeiras filas do novo Terciário.

dedicam parte do seu tempo à investigação científica, 22% são professores e 0,4% são investigadores científicos. O número real de investigadores é muito maior do que os aqui contabilizados, dado que muitos trabalham como bolseiros ou com contratos de trabalho temporários. As mulheres carregam a maioria dos vínculos laborais atípicos.

A OCDE sintetiza cinco desafios para o futuro imediato do ESI e, para cada um deles, faz sugestões, mais explícitas ou mais ve-

(1) Aumentar o número de alunos que terminam os cursos dentro dos prazos. Encontramos duas sugestões: i) fazer depender o financiamento das escolas do número de alunos que terminam o curso dentro do prazo e ii) perdoar parte das dívidas dos créditos bancários contratados pelos alunos para pagar as propinas, se estes acabarem o curso no prazo.

(2) Aumentar a equidade e inclusão no acesso ao ESI. Sugere-se que se procurem medidas para

A participação do Estado no ESI é o elefante silencioso na sala dos cinco desafios. Apesar do discurso dominante em Portugal malsinar o papel do Estado no orçamento do ESI (c.70% provem do Estado e o remanescente 30% provem maioritariamente da cobrança das propinas), os dados da OCDE mostram que a nossa participação pública está, embaraçosa e surpreendentemente, abaixo da maioria dos nossos congéneres europeus.

aumentar o número de mulheres nas áreas STEM e no topo das carreiras profissionais. Mas também são feitas alusões ao apoio aos alunos com bolsas e empréstimos bancários para os mais desfavorecidos.

(3) Aumentar o número de mulheres nas áreas STEM e no topo das carreiras laborais. Sugere-se, sem concretizar, que se procurem medidas para aumentar o número de mulheres nas áreas STEM e invoca-se o uso de quotas de género nas contratações

(4) Recalibrar o peso dos financiamentos público e privado das escolas. É sugerido que se procure “o perfil de financiamento correto” porque “dado que a expansão do Terciário vai continuar nas próximas décadas, o desafio para os países é encontrarem fontes adicionais para manter a qualidade do ensino”. Parecem formas delicadas de sugerir a virtude da retração do financiamento público e do alargamento da participação privada, contemplando até a generalização dos empréstimos bancários pessoais para pagar as propinas crescentes (“um programa de apoio aos alunos bem fornecido e bem desenhado que pode ajudar a atingir os objetivos da política de equidade e inclusão no Terciário”). Aconselha-se também, liberalmente, que as propinas devem ser tornadas ou mantidas altas porque “nos países com propinas baixas ou gratuitas e com generosos subsídios públicos para o ensino terciário, os alunos acabam frequentemente por se deparar, mais tarde, nas suas carreiras profissionais, com elevadas taxas de impostos sobre os salários”. E ainda se acrescenta que “é nos países onde as propinas são altas que as entidades privadas, além dos agregados familiares, mais contribuem para financiar as instituições Terciárias”. As sugestões mais subtis são rematadas com duas receitas explícitas: “No contexto atual, os curtos orçamentos públicos tornam difícil justificar qualquer despesa pública adicional”

e “Encontrar a mistura certa de propinas, bolsas e empréstimos para dar aos alunos a oportunidade de aceder e terminar o ensino Terciário, ao mesmo tempo que se lhes exige um certo nível de compromisso financeiro, é um exercício de equilíbrio em curso para os decisores políticos”.

(5) Aumentar o número de doutorados e de cursos curtos que “correspondam às necessidades do mercado laboral”. É sugerido que propinas de doutoramento relativamente baixas, a atribuição do estatuto de trabalhador aos alunos de doutoramento (!) ou a adaptação dos currículos para os preparar para carreiras não académicas, podem aumentar a atratividade destes cursos e elevar o número de inscritos.

A participação do Estado no ESI é o elefante silencioso na sala dos cinco desafios. Apesar do discurso dominante em Portugal malsinar o papel do Estado no orçamento do ESI (c.70% provem do Estado e o remanescente 30% provem maioritariamente da cobrança das propinas), os dados da OCDE mostram que a nossa participação pública está, embaraçosa e surpreendentemente, abaixo da maioria dos nossos congéneres europeus.

Também é meritório lembrar que existem pelo menos três países periféricos europeus que materializam projetos políticos onde o investimento Estatal assegura que qualquer cidadão nacional não paga propinas para frequentar o ensino superior e, simultaneamente, as condições de vida dos trabalhadores, até pela via fiscal, são acarinhadas.

Entre a dura realidade atual portuguesa e a idealizada realidade escandinava existe muito espaço para melhorias. E nem precisam ser todas nas pistas da OCDE. ■

<https://pt.wikipedia.org/wiki/STEM>

Ensino superior e ciência o investimento necessário

• Ana Margarida Ricardo

Dirigente do SPGLI

O relatório “Education at a Glance 2022” da OCDE sublinha o significativo aumento da percentagem de pessoas da faixa etária dos 25-34 anos com escolaridade de nível universitário entre 2000 e 2021. Neste período, Portugal registou um aumento de 35 pontos percentuais, bem acima dos 21 pontos percentuais do aumento médio dos países da OCDE. Este aumento das qualificações em Portugal tem um forte impacto positivo na sociedade uma vez que os diplomados têm vantagens no mercado de trabalho com melhores salários e melhores condições laborais (e de vida). O relatório evidencia que os diplomados foram dos menos afetados pelos efeitos da pandemia no emprego. Outro aspeto impressionante, pela negativa, é o investimento no Ensino Superior e Ciência em Portugal por comparação com a média da OCDE. Em todos os indicadores que medem investimento nas instituições de ensino superior (IES), Portugal aparece na cauda dos países da OCDE. Portugal gasta 11858 dólares (ajustados pela paridade de poder de compra) por estudante no nível universitário, apenas 67% dos 17559 dólares correspondentes à média da OCDE. A diferença para o investimento em ciência é ainda maior: 3020 dólares por estudante, menos de 60% do valor médio para a OCDE (5073 dólares). Se a comparação for feita pelo investimento em percenta-

gem do PIB, o panorama é igualmente negativo com Portugal a investir apenas 1.1% do PIB no Ensino Superior e Ciência, muito abaixo do valor 1.5% da média da OCDE. Dado o impacto positivo que um grau de ensino superior tem nas condições laborais e salariais, não é compreensível que Portugal invista neste nível apenas 23.7% do total investido em educação, sendo a média da OCDE de 29.7%.

Também negativo é o cenário de envelhecimento do pessoal docente e de investigação em toda a OCDE, sendo Portugal um dos países com maior grau de envelhecimento que se agravou entre 2015 e 2020. Em Portugal 45.8% do pessoal docente e de investigação tem mais do que 50 anos e apenas 4% tem menos que 30 anos ao passo que os valores médios para a OCDE são 40.1% e 8.3%, respetivamente. Apesar do elevado nível de envelhecimento, Portugal é o país com menor percentagem de pessoal docente e de investigação no topo da carreira, apenas 5.9%, evidenciando a dificuldade de progressão na carreira destes profissionais.

Este retrato mostra que o grande avanço registado, em Portugal, ao nível da formação académica foi conseguido com um elevado grau de subfinanciamento das IES com grande prejuízo para os trabalhadores destas instituições e para a manutenção das suas infraestruturas. O envelhecimento e a lenta (ou inexistente) progressão na carreira são parte das consequências desse financiamento anémico. Apesar do relatório da OCDE

não incluir dados relativos ao tipo de contratação, está largamente diagnosticado que outra das consequências, eventualmente a mais gravosa, é o vergonhoso nível de precariedade a que estão sujeitos os trabalhadores das IES. A instabilidade laboral afeta principalmente os profissionais das faixas etárias mais novas, ainda que não seja exclusiva de nenhum grupo etário.

Sem um significativo aumento do financiamento do Ensino Superior e Ciência, que aproxime os níveis de investimento em Portugal da média da OCDE, não será possível manter o caminho positivo na qualificação académica e não será, certamente, possível às IES responder às necessidades de flexibilização e diversificação apontadas como fundamentais pelo “Education at a Glance”. O relatório indica que as opções atualmente oferecidas pelas IES são apenas moderadamente diversificadas e relativamente inflexíveis, o que se constitui como uma barreira para o futuro na medida em que a população em Portugal está a envelhecer de forma mais acelerada que na maioria dos países da OCDE. Urge criar condições para que as IES possam ter um papel mais ativo na melhoria de competências (‘upskilling’) e no reajuste de competências para novas áreas de trabalho (‘reskilling’) ao longo da vida adulta. Tal desígnio exige o fim da precariedade laboral e o rejuvenescimento das carreiras com adequadas perspetivas de progressão para os quais é necessário um aumento do financiamento. ■

Education at a Glance 2022

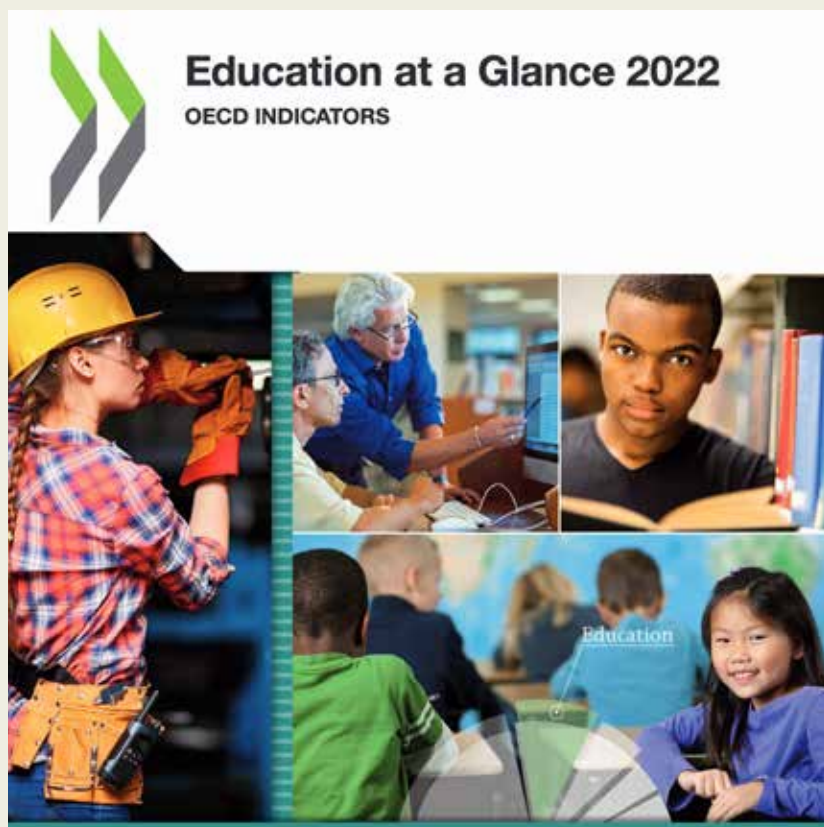
Quando a realidade e os números não coincidem

• António Avelãs
|Dirigente do SPGL|

“Education at a Glance” 2022 apresenta um vasto conjunto de observações e de dados que vale a pena analisar com atenção. Como é natural vamos centrar-nos no que a Portugal diz respeito, não deixando de salientar, quando pertinente, algumas comparações com os países do OCDE analisados no relatório. Seleccionámos as questões mais presentes, de momento, na vida sindical: os salários, a carreira docente (do ensino não superior) e a avaliação de desempenho.

Vencimentos e carreira dos professores e educadores

O relatório enuncia um conjunto de “verdades” que deveriam estar presentes sempre nas decisões políticas: “os salários dos professores têm um impacto direto na atratividade da profissão docente. Eles influenciam a decisão de escolher um curso para a docência, ser professor e manter-se na docência”. E continua afirmando que vencimentos e condições de trabalho são importantes para atrair e manter



na profissão docentes altamente qualificados e preparados para a função. Reconhece que em vários países há outras formas de apoio que melhoram os rendimentos. Por exemplo, apoio para a aquisição do material necessário para o bom desempenho da profissão. Princípios que facilmente se subscrevem, mas que em Portugal tendem a ser meras boas intenções.

A análise comparativa dos salários dos docentes portugueses com os de outros países aqui referenciados apresenta uma dificuldade – Portugal é o único país da União Europeia que tem “uma carreira única”, isto é, em que os vencimentos não variam com o nível de ensino: do pré-escolar ao secundário os salários são iguais. Quase todos os países estudados neste relatório da OCDE estabelecem diferentes salários para os níveis de ensino - os docentes do

secundário ganham, em média, mais 25 a 30% do que os do 1º ciclo, chegando a 50% na Finlândia. Para compararmos os dados escolhemos os salários pagos aos professores do ensino secundário nos vários países.

Nota: como está expresso no quadro aqui reproduzido, os salários aqui indicados são anuais, em equivalência ao dólar (valor em 2021), ajustados por paridade de poder de compra. Permite fazer comparações, mas não traduz com rigor os salários atuais. Note-se que a cotação do dólar face ao euro variou durante 2021, mas foi sempre inferior ao euro.

No início da carreira: como se pode verificar no **Quadro 1**, os salários dos educadores portugueses (34.400 USD/ano) são ligeiramente superiores à média dos salários dos educadores nos países da UE22 (33.108 USD). Mas tal já não acontece no “pri-

QUADRO 1

Table D3.1. Teachers' statutory salaries, based on the most prevalent qualifications at different points in teachers' careers (2021)

Annual teachers' salaries, in public institutions, in equivalent USD converted using PPPs for private consumption

OECD Countries	Pre-primary				Primary				Lower secondary, general programmes				Upper secondary, general programmes			
	Starting salary	Salary after 10 years of experience	Salary after 15 years of experience	Salary at top of scale	Starting salary	Salary after 10 years of experience	Salary after 15 years of experience	Salary at top of scale	Starting salary	Salary after 10 years of experience	Salary after 15 years of experience	Salary at top of scale	Starting salary	Salary after 10 years of experience	Salary after 15 years of experience	Salary at top of scale
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)
Australia	46 770	68 072	70 036	72 461	46 988	67 068	68 608	74 335	46 987	66 911	68 440	74 454	46 987	66 911	68 440	74 454
Austria	m	m	m	m	47 995	51 726	57 638	83 892	47 853	54 089	60 420	89 610	47 914	58 507	65 749	95 230
Canada	m	m	m	m	40 722	68 736	70 331	70 331	40 722	68 736	70 331	70 331	40 722	68 736	70 331	70 331
Chile	m	m	m	m	m	m	m	m	m	m	m	m	m	m	m	m
Colombia ¹	23 619	43 073	43 073	49 534	23 619	43 073	43 073	49 534	23 619	43 073	43 073	49 534	23 619	43 073	43 073	49 534
Costa Rica	26 241	30 824	33 115	39 990	26 501	31 130	33 445	40 389	27 310	32 084	34 471	41 632	27 310	32 084	34 471	41 632
Czech Republic	23 914	24 886	25 535	28 372	25 616	27 237	28 453	33 560	25 616	27 318	28 534	33 803	25 616	27 318	28 534	33 722
Denmark	46 955	53 264	53 264	53 264	54 130	60 090	62 301	62 301	54 405	60 833	62 901	62 901	50 853	65 827	65 827	65 827
Estonia	a	a	a	a	25 448	a	a	a	25 448	a	a	a	a	a	a	a
Finland ²	32 525	35 465	35 803	35 803	37 073	42 774	45 772	48 518	39 824	45 948	49 168	52 118	42 089	50 539	53 061	56 245
France ³	32 619	37 628	40 043	57 885	32 619	37 628	40 043	57 885	35 709	40 718	43 133	61 282	35 709	40 718	43 133	61 282
Germany	m	m	m	m	69 599	80 097	85 049	90 970	77 358	88 001	92 566	100 962	80 911	91 424	95 933	110 050
Greece	20 410	24 821	27 026	40 259	20 410	24 821	27 026	40 259	20 410	24 821	27 026	40 259	20 410	24 821	27 026	40 259
Hungary	17 058	19 212	20 635	29 173	17 058	19 212	20 635	29 173	17 058	19 212	20 635	29 173	17 058	21 346	22 928	32 415
Iceland	42 593	43 306	45 371	46 451	42 593	43 306	45 371	46 451	42 593	43 306	45 371	46 451	39 978	43 843	48 216	48 216
Ireland	a	a	a	a	37 017	56 484	62 337	71 899	37 017	58 506	62 948	72 510	37 017	58 506	62 948	72 510
Israel	26 638	33 963	37 891	65 509	23 572	29 909	33 671	54 842	23 684	30 858	36 244	57 368	27 893	32 438	39 245	56 280
Italy	32 963	36 141	39 563	47 990	32 963	36 141	39 563	47 990	35 428	39 130	43 015	52 697	35 428	40 063	44 212	55 077
Japan	m	m	m	m	29 820	42 244	49 356	61 067	29 820	42 244	49 356	61 067	29 820	42 244	49 356	62 670
Korea	34 123	51 508	60 185	95 780	34 123	51 508	60 185	95 780	34 185	51 570	60 247	95 842	34 185	51 570	60 247	95 842
Latvia	16 534	a	a	a	16 534	a	a	a	16 534	a	a	a	16 534	a	a	a
Lithuania	30 827	31 823	35 392	40 287	30 827	31 823	35 392	40 287	30 827	31 823	35 392	40 287	30 827	31 823	35 392	40 287
Luxembourg	71 812	92 877	104 846	126 868	71 812	92 877	104 846	126 868	81 387	101 734	112 266	141 470	81 387	101 734	112 266	141 470
Mexico	21 948	27 681	34 704	43 709	21 948	27 681	34 704	43 709	27 899	35 227	44 349	55 633	27 899	35 227	44 349	55 633
Netherlands	45 594	60 394	70 899	85 360	45 594	60 394	70 899	85 360	48 336	73 498	84 315	98 654	48 336	73 498	84 315	98 654
New Zealand	m	m	m	m	34 488	52 699	52 699	52 699	34 488	52 699	52 699	52 699	34 488	52 699	52 699	52 699
Norway	38 716	47 186	47 186	47 656	42 499	50 677	50 677	54 451	42 499	50 677	50 677	54 451	50 216	55 524	55 524	61 443
Poland	19 622	26 243	32 040	33 398	19 622	26 243	32 040	33 398	19 622	26 243	32 040	33 398	19 622	26 243	32 040	33 398
Portugal	41 861	41 861	44 413	74 255	34 400	41 861	44 413	74 255	34 400	41 861	44 413	74 255	34 400	41 861	44 413	74 255
Slovak Republic ⁴	13 549	15 457	15 824	17 705	16 788	18 870	19 329	21 622	16 788	18 870	19 329	21 622	16 788	18 870	19 329	21 622
Slovenia ⁴	31 001	36 826	46 466	53 699	31 001	38 176	48 203	57 831	31 001	38 176	48 203	57 831	31 001	38 176	48 203	57 831
Spain	43 684	47 426	50 548	62 368	43 684	47 426	50 548	62 368	48 796	52 993	56 428	69 499	48 796	52 993	56 428	69 499
Sweden ^{5,6,7,8}	42 217	44 247	44 656	49 176	42 727	47 542	49 232	56 757	44 003	48 722	50 686	58 287	44 258	49 104	50 890	59 053
Switzerland ¹	56 405	70 184	m	86 311	60 948	75 787	m	92 671	67 837	86 538	m	103 952	76 393	98 652	m	117 580
Türkiye	33 719	34 719	34 256	36 779	33 719	34 719	34 256	36 779	34 828	35 828	35 365	37 887	34 828	35 828	35 365	37 887
United States ⁹	42 381	55 291	63 625	79 478	42 723	56 582	63 531	74 214	43 466	59 374	67 626	77 596	43 438	59 335	66 750	76 055
Other Participants																
Flemish Comm. (Belgium)	41 008	51 423	57 893	72 989	41 008	51 423	57 893	72 989	41 008	51 423	57 893	72 989	51 160	65 204	74 357	92 663
French Comm. (Belgium)	39 498	49 356	55 553	67 945	39 498	49 356	55 553	67 945	39 498	49 356	55 553	67 945	49 105	62 555	71 321	85 930
England (UK)	34 211	a	54 889	54 889	34 211	a	54 889	54 889	34 211	a	54 889	54 889	34 211	a	54 889	54 889
Scotland (UK)	42 280	53 068	53 068	53 068	42 280	53 068	53 068	53 068	42 280	53 068	53 068	53 068	42 280	53 068	53 068	53 068
OECD average	34 245	42 684	45 253	55 999	36 099	46 286	49 245	59 911	37 466	48 431	51 246	62 685	39 020	50 770	53 268	64 987
EU22 average	33 108	39 939	43 746	53 313	36 053	44 591	49 022	59 783	37 640	47 144	51 507	63 054	38 197	48 863	53 273	65 399

mary” (1º ciclo) - o salário médio anual nos países da UE estudados neste relatório é de 36.053 USD, ao passo que os professores do 1º ciclo em Portugal ficam nos 34.400 USD. A diferença torna-se ainda maior no “upper secondary” (o nosso ensino secundário): 34.400 USD dos professores portugueses contra 38.197 USD como média dos docentes do secundário na UE22. (Nota: o “lower secondary” corresponde, aproximadamente, ao nosso 3º ciclo. Em Portugal, o salário é igual, o que não acontece na maioria dos países aqui estudados).

Se atendermos aos salários **após 15 anos de carreira** (se o Estatuto da Carreira Docente em Portugal fosse, de facto, aplicado, o que está longe de acontecer) verificamos que os educadores em Portugal (44.413 USD) continuam ligeiramente acima da média da UE22 (43.746 USD), mas que em relação ao secundário, os professores portugueses (44.413 USD) estão longe da média da UE22 (53.273 USD). Nos salários do **topo de carreira**, segundo este quadro, os professores e educadores portugueses têm um salário superior à média da UE: 74.255 USD contra 65.399 USD.

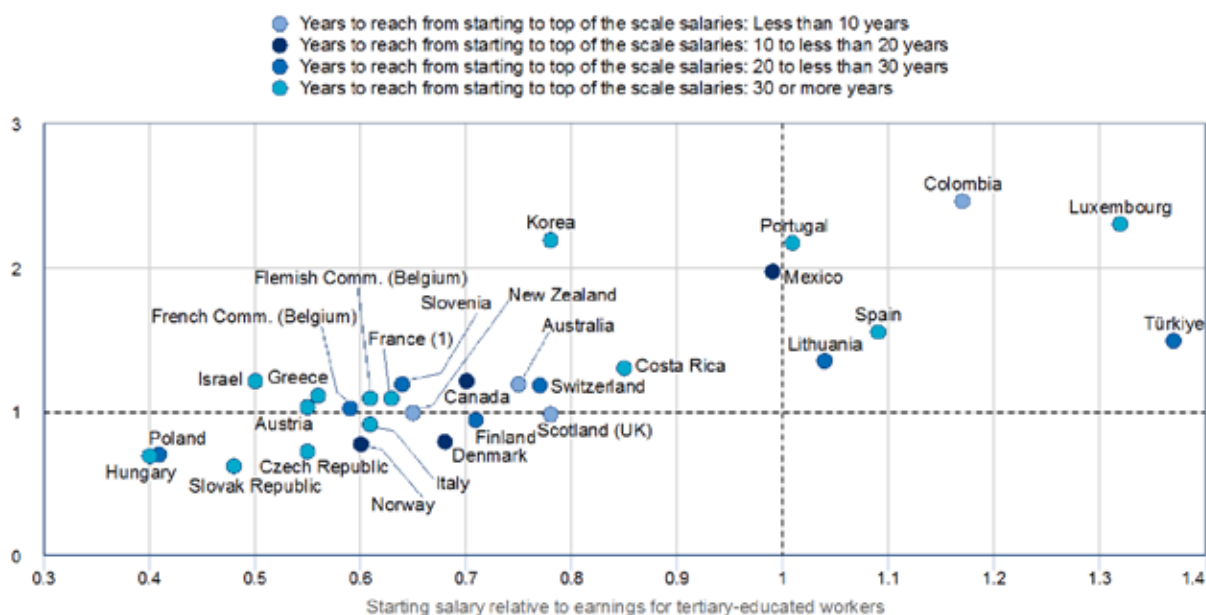
Questão que trataremos mais à frente.

Estes dados merecem comentários: antes de mais, sublinhe-se a conquista que para os educadores e professores do 1º ciclo significou a “carreira única” pela qual os sindicatos da FENPROF se bateram com coragem.

Por outro lado, a sua verdadeira compreensão exige a articulação com o desenvolvimento da carreira docente. Os valores aqui referidos (com exceção dos salários do início da carreira) são calculados para o desenvolvimento “normal” da carreira docente. Mas tal desenvolvimento é uma mira-

QUADRO 2

Ratio of salaries to the earnings of full-time, full-year workers with tertiary education



gem: longos anos como “contratado”, bloqueios na progressão, prejuízos nas transições aquando de alterações do ECD, tornam a carreira docente em Portugal absurdamente longa e tornam mais lenta a progressão nos escalões. A este respeito é significativo o **Quadro 2**: Portugal situa-se entre os poucos países cujo acesso ao topo da carreira ultrapassa 30 anos. Mesmo se considerarmos que o topo da carreira se atingiria aos 34 anos de serviço, o que, como sabemos, não é verdade para a quase totalidade dos professores e educadores atualmente em exercício, nomeadamente pelo roubo do tempo de serviço (6 anos, 6 meses, 23 dias) e bloqueio pelas quotas de acesso ao 5º e 7º escalões.

Ou seja: os “altos salários” dos docentes portugueses no topo da carreira são uma miragem para a esmagadora maioria dos docentes atualmente em exercício. E mesmo os que o atingem, permanecem aí poucos anos – atingem-no à beira da aposentação.

Esta realidade parece contraditada neste relatório da OCDE que afirma que, enquanto em quase todos os países da OCDE a média dos salários dos docentes é infe-

rior aos rendimentos de trabalhadores com a mesma habilitação, Portugal seria uma exceção - os salários dos docentes seriam superiores. Para justificar estes dados o relatório invoca a idade dos docentes portugueses (envelhecidos) que, portanto, estariam em grande número no topo da carreira! Sabemos que isso não corresponde à verdade, como o evidencia o **Quadro 3** (fonte: CNE). E sabemos também que a carreira docente não é minimamente atrativa para quem acaba o secundário e que a falta de professores se agudiza. Tudo isto parece dificilmente conciliável com a “exceção” apontada pelo relatório.

Considere-se ainda que estes salários se referem a professores / educadores devidamente habilitados e profissionalizados. O atual recurso a docentes não profissionalizados para colmatar a falta de professores traduz-se num claro perigo de declínio da qualidade do ensino, mas numa significativa poupança para os cofres do Estado.

Ainda a respeito dos salários, o relatório informa que entre 2015 e 2021 a média dos salários dos docentes na OCDE, com 15 anos de docência e habilitação profis-

sional máxima, subiu 6%, mas em Portugal a subida limitou-se a 3%.

A Educação está longe de ser uma prioridade para os decisores políticos portugueses!

Efeitos perversos do modelo de avaliação?

Vale a pena transcrever o que diz o relatório:

“A participação em atividades de desenvolvimento profissional (formação contínua) é considerada uma importante responsabilidade dos professores de todos os níveis de ensino, sendo obrigatória para todos os docentes de todos os níveis de ensino em 25 dos países participantes. Apenas quatro países, incluindo Portugal, permitem que a participação em atividades de formação contínua seja facultativa. Contudo, os professores portugueses envolvem-se pouco em atividades de formação coletivas e muitos nunca participam em ações do género par pedagógico ou aulas assistidas. Os professores portugueses raramente beneficiam de programas formais de acolhimento (numa nova escola ou agrupa-

QUADRO 3

Número de docentes atualmente em exercício em cada escalão (ano 2020)

Escalão	% de docentes	Idade (média)	Duração do escalão (a)	Média de anos cumpridos (b)	Salário bruto
1.º	0,4	45,4	4	15,7	1536,9
2.º	6	43,6	4	17,3	1730,16
3.º	16,3	45,4	4	20,5	1886,61
4.º*	25,6	49,9	4	25,2	2006,25
5.º	5,5	52,4	2	28,2	2162,7
6.º*	13,7	55	4	31	2254,72
7.º	5,2	56,2	4	32,7	2503,21
8.º	8,2	57,5	4	34,2	2751,69
9.º	3,3	59,6	4	36,6	3129,01
10.º	16	60,7	x	38,6	3405,09

* sujeito a quotas para progressão

(a) Tempo de permanência obrigatório em cada escalão

(b) Número de anos em média que os professores que estão no escalão já cumpriram

mento), há poucas oportunidades gratuitas de formação contínua e a observação da prática pedagógica em sala de aula é rara. Do mesmo modo, os diretores escolares portugueses têm acesso a um mínimo de formação contínua destinada a melhorar as suas capacidades de liderança (Liebowitz et al., 2018). Embora Portugal disponha de um corpo docente experiente e bem pago, para melhorar as aprendizagens e a organização das escolas seria benéfico aumentar as oportunidades de formação contínua para professores, criar incentivos para o trabalho colaborativo e dar mais autonomia às escolas na escolha dos professores cujo perfil melhor se adequa às necessidades.”

(Tradução de Paula Velasquez)

Ultrapassemos a repetida (e falsa) afirmação de que os professores portugueses estão bem pagos (disso já falámos). Ignoremos o desejo da OCDE de pôr as escolas a escolher os seus professores, baseadas num qualquer perfil

(que certamente se adequará ao docente que o diretor quiser a priori contratar). E analisemos o que aqui se diz sobre a formação contínua e o trabalho pedagógico dos docentes portugueses. “Os professores portugueses envolvem-se pouco em atividades de formação coletivas e muitos nunca participam em ações do género par pedagógico ou aulas assistidas”. Não será esta putativa realidade fruto inevitável de um processo de avaliação que põe os docentes uns contra os outros, em que há que guerrear pelas classificações de muito bom ou excelente – com quotas muito limitadas – para evitar os bloqueios de progressão ao 5º e ao 7º escalões? Seria de esperar outra coisa de um modelo em que a concorrência e a suposta e afamada meritocracia destruíram as solidariedades? Esta observação do *Education at a Glance 2022* permite concluir dos limites da formação contínua que é proporcionada, mais centrada na satisfação das exigências para a progressão na carreira do

que na melhoria das capacitações pedagógicas; mas permite também sublinhar a nocividade de um modelo de avaliação que desde 2005 vem deteriorando o ambiente nas escolas.

Investimento educação: Portugal não fica bem na fotografia

Os dados divulgados no relatório sobre os investimentos na Educação indicam que o nosso país está abaixo da média dos países da OCDE. Aí se diz que o custo por estudante desde o 1º ciclo até ao fim do secundário é inferior à média da OCDE. Portugal gasta 10.535 dólares americanos (ajustado por paridade do poder de compra) por estudante e a média da OCDE é de 11.990. E em termos de percentagem do PIB Portugal fica, em média, nos 4,8% contra os 4,9% da média dos países da OCDE. ■

EXTREMA DIREITA NO PODER EM ITÁLIA

Joaquim Jorge Veiginha

Liliana Segre, sobrevivente do Holocausto, presa em Auschwitz em 1944, foi substituída no Senado italiano por Benito Maria La Russa, cujo primeiro nome é um ‘tributo’ a Mussolini, ex-membro do neofascista Movimento Social Italiano (MSI) e filiado no seu sucessor mais recente, o partido Irmãos de Itália (FdI) de Georgia Meloni, vencedor das eleições legislativas italianas de 25 de setembro de 2022. Segundo o diretor do jornal romano *La Repubblica*, Ezio Mauro, num artigo escrito no dia posterior às eleições, trata-se de uma data marcante que assinala uma rutura relativamente à I República italiana do pós-Segunda Guerra Mundial (1946-1994): “Com toda a evidência hoje acabou o antifascismo como cultura fundadora, como empenhamento e testemunho que configuraram a Constituição e o ordenamento do Estado, recordando a tragédia da ditadura.” O resultado das eleições legislativas transalpinas limitou-se a provar que os italianos ainda não ‘acertaram as contas’ com a sua História política: o partido de Meloni, foi o mais votado, com 26% para a Câmara de Deputados e o Senado, e a coligação dita de ‘centro-direita’ que a nova primeira ministra italiana lidera, constituída pelo seu partido, a FI de Berlusconi e a Liga de Matteo Salvini, obteve 59,25% para a primeira (237 deputados em 400) e 57,25% para o segundo (115 senadores em 200), não estando, por conseguinte, muito longe de alcançar uma maioria de dois terços. Em contrapartida, o designado centro-esquerda,

constituído pelo Partido Democrático (PD), Verdes, Esquerda Italiana (EI) e + Europa, conseguiu apenas 21,25% para a primeira (85 deputados em 400) e 38,26% para o segundo (44 senadores em 115). Esta enorme discrepância de resultados deve-se, em parte, a uma norma que, com o beneplácito do PD, reduziu o número de deputados, bem como a uma lei eleitoral, com o nome de Rosatellum ou lei Rosato – aprovada em 26 de outubro de 2017, com os votos daquele partido, a principal força de centro esquerda italiana, que obteve 19,1% para a Câmara de Deputados e 19,0% para o Senado, sendo o segundo partido mais votado – que premeia as coligações através da combinação do sistema proporcional, responsável pela eleição de 61% de deputados e senadores, com o maioritário a uma só volta, que elege 37% de ambos, sendo os 2% restantes reservados aos eleitores italianos no estrangeiro. Foi sobretudo no segundo sistema que a vitória da coligação da direita e extrema-direita foi esmagadora.

PARTIDO DEMOCRÁTICO ITALIANO OU DA CRÓNICA DE UM DESASTRE ANUNCIADO

O PD foi o primeiro responsável pela vitória da coligação da direita e da extrema-direita nas eleições legislativas italianas. Para além de ter sufragado a lei que estabeleceu a redução do número de deputados e a ‘Rosatellum’, apoiou também uma norma que aboliu o financiamento público dos partidos políticos, o que conduziu

inevitavelmente, tal como nos EUA, à dependência da política dos ‘lobbies’ privados. A este cenário juntam-se os partidos do ex-PD Matteo Renzi, Itália Viva, e de Carlo Calenda, Ação, que romperam a aliança com o PD, invocando que este estava associado à extrema-esquerda, para eles representada pelos Verdes e a EI, o que é totalmente falso.

Outro responsável pela vitória da extrema-direita foi o líder do governo dito de “união nacional”, Mario Draghi, concebido por muitos como uma espécie de salvador da pátria italiana, que, perante a abstenção do Movimento Cinco Estrelas (M5S) a um conjunto de propostas politicamente inaceitável para este partido sobre ajudas aos italianos para pagar a conta de luz, se armou em ‘*prima donna*’ ofendida, declarando “ou estão todos comigo ou vou-me embora”, ou seja, “*après moi le déluge*”. Por outro lado, tendo em conta as experiências desastrosas dos chamados governos portugueses ditos de “salvação nacional”, em que pontificaram os tecnocratas à semelhança de Draghi, era inevitável que, mais cedo ou mais tarde, um governo de coligação entre forças politicamente incompatíveis – PD e Cinco Estrelas, por um lado, e Liga e FI, por outro – estivesse condenado ao fracasso. Giorgia Meloni apercebeu-se do que estava em jogo, recusando integrar o governo de unidade nacional de Draghi, o que contribuiu fortemente para a sua vitória nas legislativas. Eis um exemplo de inteligência política, de que o PD pareceu ter estado arredado até à data das eleições. Enrico Letta,

o seu secretário-geral demissionário, apercebeu-se demasiado tarde de que a participação do seu partido naquele governo tinha sido um erro político: “penalizou-nos” – disse – há que não voltar a fazê-lo” (*‘El País’*, 7. 10. 22). Confissão demasiado tardia. Mas foi, sem dúvida, a estratégia desastrosa arquitetada por Letta, retornado de Paris onde era professor de Ciência Política para dirigir o PD, que teve enormes responsabilidades na derrota do centro-esquerda italiano, embora não seja a única causa e provavelmente nem mesmo a mais importante. Este recusou, ainda antes da queda do governo Draghi, qualquer tipo de aliança com o M5S. Este partido, que muitos no PD consideravam condenado à irrelevância política, conseguiu, porém, obter 15,4% para a Câmara de Deputados e 15,6% para o Senado, ultrapassando o PD no Sul: venceu as eleições em dois grandes colégios eleitorais de Nápoles, com 60.000 e 80.000 votos, e tornou-se o primeiro partido em Bari, Taranto, Foggia, Lecce, ficando a par do FdI em Reggio Calabria e Caserta, na Sicília (*‘L’Espresso’*, 2. 10. 2022). Este excelente resultado foi devido, em grande parte, à defesa do chamado *‘reddito de cittadinanza’* (rendimento de cidadania), uma espécie de rendimento básico incondicional, que o transformou em representante das camadas sociais italianas mais desfavorecidas. O PD de Letta preferiu atacar no *‘Mezzogiorno’* mais o M5S do que a direita e a extrema-direita coligadas, fortemente opositoras do rendimento de cidadania, para tentar roubar-lhe votos. Os resultados estão à vista... Mas, indubitavelmente, a principal causa da derrota do PD vem de trás, desde a sua criação, em 2017. Os seus antecessores, o Partido Democrático de Esquerda (PDS), fundado em 1991, após a dissolução do Partido Comunista Italiano (PCI), e os Democratas de Esquerda (DS), eram fundamentalmente constituídos por membros do ex-PCI e da esquerda democrata-cristã italiana (DC). No entanto, esta união não se pode dizer que tenha tido grande sucesso. Antes pelo contrário, o PD, em que o termo *‘esquerda’* (*“sinistra”* em italiano) foi progressivamente erradicado do seu vocabulário

por uma pretensa necessidade de *‘aggiornamento’* político, sem uma base sindical digna desse nome – a Confederação Geral Italiana do Trabalho (CGIL) não subscreveu a sua estratégia eleitoral – está cada vez mais transformado numa espécie de terra de ninguém. Não sendo atualmente nem um partido social-democrata nem um partido liberal-democrático, arredado da forte componente sindicalista do PCI e também da esquerda DC, corre o sério risco de se transformar na versão transalpina do Partido Socialista Francês que desapareceu praticamente da cena política.

O jornalista italiano Luca Ricolfi *‘põe o dedo na ferida’* quando se apercebe perspicazmente que o PD foi capturado pela *‘armadilha da diversidade’* – termo criado por um livro com o mesmo nome do escritor espanhol Daniel Bernabé sobre uma certa secundarização de uma perspetiva solidária com a luta dos trabalhadores contra o capitalismo, relativamente a políticas mais viradas para as questões perfeitamente legítimas da diversidade de género e do direito à diferença – que atingiu alguns partidos de uma esquerda que tenta adaptar-se ao discurso politicamente dominante que considera a questão dos direitos laborais e sociais como uma questão menos relevante numa época em que despontam novas identidades e novos direitos individuais: “O Partido Democrático é tudo à exceção de um partido maximalista (...) O PD abandonou quase inteiramente a questão social, encaminhando-se para se tornar num «partido radical de massa», atento aos imigrantes, às instâncias LGBT, mais em geral às grandes «batalhas da civilização», mas que substancialmente esqueceu as instâncias das camadas populares, da procura de segurança à necessidade de proteção perante os estragos da globalização. Tudo instâncias que, vice-versa, estão há algum tempo no centro dos programas políticos da direita” (*La Repubblica*, 21. 09. 2022).

QUE FUTURO PARA A ITÁLIA?

No dia 25 de outubro, Meloni apresentou o seu programa de governo. Apesar das juras de fidelidade à UE

e o apoio à Ucrânia, este revela a sua natureza neoliberal e profundamente reacionária. Destacaremos:

- *‘flat tax incremental’* fortemente regressiva, pois dois indivíduos com o mesmo rendimento pagarão um IRS diferente se o aumento do seu rendimento de um ano para o outro for diferente, o que beneficiará claramente aqueles que conseguirem o maior aumento entre os dois anos, pois aquela é uma taxa única de 15%;
- perdão fiscal como pretexto de uma pretensa luta contra a evasão fiscal;
- abolição do rendimento de cidadania, medida que, apesar das suas insuficiências, retirou da pobreza 2,8 milhões de italianos, atribuindo, em média, um subsídio de 580 € aos mais necessitados;
- declaração de guerra contra as ONG que apoiam os refugiados, fecho dos portos italianos e interdição das águas territoriais aos *‘boat people’*, medida ilegal face ao direito de auxílio aos náufragos que esta medida põe em causa, quando entre 2021 e outubro de 2022 morreram 2836 pessoas nas costas italianas;
- “autonomia diferenciada” ou municipalização do serviço nacional de saúde italiano, medida preconizada pela Liga, cujo financiamento passa a ser da responsabilidade das autarquias, de que resultará uma enorme disparidade, já que as regiões do *‘Mezzogiorno’* são pobres e as do centro e sobretudo as do norte ricas;
- alteração de regime político, com a passagem de um sistema parlamentarista a um sistema semipresidencialista, segundo o modelo francês, o que num país como a Itália abre a porta ao autoritarismo político, com o objetivo de recolher o previsível apoio dos partidos de Calenda e Renzi, favoráveis a esta medida, que permitirá, se for concretizada, uma maioria de dois terços dos sufrágios na Câmara de Deputados e no Senado. Giorgia Meloni *‘dixit’*: “que seja claro que não renunciaremos a reformar a Itália perante oposições prejudiciais” (*La Repubblica*, 26. 10. 22). Sem mais, e basta. ■



“Temos uma grande procura e eles gostam muito”

Sofia Vilarigues
Jornalista



Lsaura Carvalho, professora bibliotecária, coordenadora da equipa das bibliotecas do AE Elias Garcia, aguardava-nos, com um sorriso e um entusiasmo contagiante. “É muito intenso”, começa. “Ainda agora acabaram de sair... tivemos de manhã duas turmas. Estamos a fazer a formação do utilizador. Portanto

estamos a apresentar a biblioteca aos meninos do 5º ano. Nós temos um circuito chamado BibEli@spaper, em que os meninos vêm à biblioteca, descobrem o sítio onde estão os livros, veem como é que os livros estão arrumados. Obedecemos à CDU, a Classificação Decimal Universal. Veem as quotas dos livros, as etiquetas, vão pelas prateleiras e fazem um circuito

para descobrirem os livros”. Atividades de biblioteca é o que não falta, conforme nos revela ao longo da conversa!

MIBE

“Este mês, que é o mês internacional da biblioteca escolar (MIBE), é um mês em que temos muita, muita

atividade nas bibliotecas, e nós aqui também”, diz-nos Isaura Carvalho. “O lema para este ano, para o mês internacional da biblioteca escolar (todos os anos muda), é *ler para a paz e harmonia globais*. O lema é para as bibliotecas todas, a nível mundial. Acho que foi um lema bem escolhido”, avalia.

“Temos um programa muito completo”, considera. E expõe: “Começámos os encontros com escritores com o Nuno Caravela, para 10 turmas de 3º e 4º anos, todas as turmas do agrupamento. Depois vamos ter a Margarida Fonseca Santos, um encontro em linha, para os meninos do 9º ano. Também vai apresentar a obra dela e vão fazer perguntas à escritora, vai ser online. Vamos ter o João Oliveira, para os meninos do 8º. Tudo este mês. Este vai ser presencialmente. O nosso programa ainda vai um bocadinho para além do mês. Por exemplo, a vinda da Mª Francisca Macedo fica para novembro. Também não conseguimos pô-lo em outubro mas vem em novembro, o Daniel Completo para os meninos da pré e do 1º, que vem cantar as histórias da Luísa Ducla Soares”. O encontro já havido, com o escritor Nuno Caravela, autor dos livros de “O Bando das Cavernas”, “correu muito bem, os meninos adoraram, aderiram, interagiram”. “Ele mostra aquilo de uma maneira tão engraçada, por exemplo o autocarro escolar ser um mamute, é tão engraçado que os miúdos riem-se sempre a acham muita piada”. O autor também motivou para a escrita, “para eles escreverem um livro, mostrou como se escreve um livro, as várias fases da escrita do livro”. Para além dos encontros com escritores, a celebração do MIBE envolve a Formação de Utilizadores, Liga das Interpretações, Miúdos a Votos, Clubes de Leitura, Escola a Ler, Conferência PNL e Leituras Emparelhadas.

Prioridades e atividades

“Nós temos um grupo SABE [Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares], temos o nosso coordenador interconcelhio, João Paulo Proença, e estabelecemos sempre algumas prioridades, que têm a ver com as prioridades da



RBE [Rede de Bibliotecas Escolares]. E então nós temos 4, que é a leitura, a escrita, a recuperação de aprendizagens e a presença em linha”, enuncia Isaura Carvalho.

Essas prioridades enquadram uma miríade de atividades. Os Clubes de Leitura, por ano, e por turma, para os 4º, 5º e 6º anos. “Nós sempre tivemos, ao longo destes anos, às vezes com mais alunos, outras vezes com menos alunos. Há 2 ou 3 anos aderimos a um projeto que é o Clubes de Leitura na Escola. E, a partir daí, começámos a fazer clubes de leitura por turma. Temos o 6º ano, o 5º ano e o 4º ano. Fazemos várias atividades. Juntámos doçuras e livros para a despedida do ano. Os meninos do 4º ano leram aqui em voz alta em conjunto. Prepararam leituras para férias de Páscoa. Fizemos vários encontros. Normalmente quinzenais. Houve colegas que disseram que se via que eles já

estavam a ler melhor”.

O clube de rádio Elias Som. “Já tem 2 aninhos. Começou com o nosso colega João Pedro Pereira. Tem a ver com ‘Leituras... com a Biblioteca’, que é um projeto que a RBE lançou. Nós participámos, ganhámos a candidatura e construímos um rádio escolar. Estamos a entrar no 3º ano, este ano. No 1º ano fizemos muito podcasts, de opiniões de meninos sobre livros, também algumas leituras, eles leram alguns excertos dos livros. O ano passado apostámos mais em diretos, nos intervalos irem falar de qualquer coisa, passarem uma música que gostassem, falarem de livros, com os Miúdos a Votos alguns foram lá dizer, *olhem, votem neste livro*. Este ano estamos outra vez a organizar os grupos, para ver se eles querem ir mais para o lado em direto, se querem continuar mais nos podcasts. Vamos fazer uma visita de estudo a uma rádio, estamos a pen-



sar, ainda não temos a certeza, mas em princípio será assim, ir ao Bombarral ver a Rádio Miúdos”.

O ano passado candidataram-se ao Escola a Ler e inscreveram-se em 4 domínios. “O Livro à mão, em que os meninos andam sempre com um livro com eles, e quando o professor permite, quando acabam um exercício, quando têm um bocadinho, tiram o livrinho e podem ler”. Dá continuidade e reforça o projeto 10 Minutos a Ler, projeto que já tinham e com o qual continuam. “Temos Equipas de Leitura, que são meninos que leem para outros meninos”. Há também “a Leitura Orientada, temos aqui uma seleção de obras, nós usamos esses livros para ler aos alunos ou os alunos lerem, o fundamental é que sejam os próprios alunos a ler que é para treinar a leitura, ou os professores vêm buscar os livros e leem na sala de aulas. E depois temos o Vou Levar-te Comigo, que é levar o livro para casa, para casa ou para a sala de aula ou para andar na mala”. No âmbito do Escola a Ler receberam “1400 euros para livros, que é muito bom, temos de adquirir os livros agora até ao final do ano. Andamos numa fase de perguntar aos professores quais são os livros que fazem falta, os que gostariam de ter, também perguntar aos meninos livrinhos de interesse deles”.

Há O Livro do Mês, O Autor do Mês e o Concurso O Livro do Mês, em

que “os meninos vão ler o livro e é um concurso com umas perguntas de cruz, em que depois vamos dar um prémio à turma que tiver as melhores respostas”. O Autor do Mês “normalmente é um autor de língua portuguesa. Esse é assim o primeiro critério. Às vezes temos muita coisa e faz-se uma exposição grande, quando temos poucas coisas sobre o escritor põe-se uma exposição mais pequenina, mas sempre com livros, com um bocadinho da biografia”.

A aposta na presença em linha é significativa. “Temos também uma grande aposta nas redes sociais e na presença em linha. Já temos Facebook desde 2010, fomos pioneiros a nível de bibliotecas. Temos um blogue que eu acho que também está assim já bem composto, organizado, chama-se *elias.com*, que existe desde 2007. Também temos o Twitter, mas o Twitter uso um bocadinho menos, só para coisas assim mais imediatas. Temos o Instagram, com 2 ou 3 aninhos, já tem 481 seguidores. Estamos a ver se criamos um TikTok, e isso acho que já passava assim por um grupinho, porque temos quase sempre alunos-monitores na biblioteca”.

Para os alunos-monitores há uma ficha de inscrição e uma conversa inicial, “se gostas de ler, se gostas de ajudar os outros, se tens algum jeito para computador, inscreve-te na biblioteca para ajudares na biblioteca, e então

tornam-se alunos-monitores. Eles vêm e ajudam os meninos”.

Os alunos podem contar, na biblioteca, com ajuda na utilização de computadores e nos trabalhos de pesquisa. “Nós também temos, com o nosso grupo de Físico-Química, o Infociências, em que os meninos vão à procura de uma informação que tem a ver com ciências ou com química, com física, também há trabalho de pesquisa a esse nível. Também trabalhamos com o colega de Geografia”. Há um apoio no âmbito do processo de ensino-aprendizagem, “damos aqui apoio nos computadores aos meninos quando eles vêm fazer trabalhos, até no âmbito de Cidadania, que também vêm trabalhar muito aqui na biblioteca”.

Alunos, professores e assistente de biblioteca

“Eu penso que os alunos gostam muito de vir à nossa biblioteca”, diz Isaura Carvalho, com um sorriso. “Acho que o número de utilizações também revela isso. A média diária de utilização é 92 alunos. Os meninos do 1º ciclo estão sempre aqui, eles têm uma horrinha e meia de intervalo, de almoço, praticamente ocupam isto. Por vezes dizemos, vai dar uma voltinha que isto já está cheio, vem daqui por um bocadinho. Temos uma grande procura e eles gostam muito. Acho que a biblioteca também está assim agradável, com

coisas feitas por eles”.

Quanto à interação com os professores, Isaura Carvalho conta, “tentamos sempre ao longo do ano arranjar atividades para envolver toda a gente. Mesmo quem não participa tanto, pronto, participa. Sente-se envolvido e acaba por participar”.

Uma pessoa essencial na biblioteca é também a assistente operacional ou assistente de biblioteca. “Nós tentamos fazer o nosso melhor, às vezes com menos gente, outras vezes com mais gente. Nós por exemplo, temos uma assistente operacional, pronto, que não está sempre na biblioteca. Nem sempre consegue cá estar, ou porque é chamada para outros serviços, ou porque falta alguém, há sempre alguém doente, e o primeiro sítio de onde sai é da biblioteca. Ando nesta luta há muito tempo, há muitos anos. A nossa biblioteca já entrou para a Rede no ano 2000, já entrámos para a Rede há 22 anos. Uma assistente operacional faz muita falta para nos apoiar, porque nós também temos de dar aulas, nós temos outras coisas para fazer, temos de organizar todo o trabalho da biblioteca. Agora conseguimos que passassem a ser chamadas de assistentes de biblioteca, já é qualquer coisa. É um documento novo que saiu na RBE o ano passado, um documento orientador da RBE, com as funções do assistente de biblioteca. Para ver se conseguimos que a nossa assistente não saia tanto da biblioteca. Infelizmente há escolas que não têm ninguém na biblioteca, é pior do que a nossa. Nós até fizemos o ano passado um artigo para a revista Bibliotecas Escolares de Almada, é um flipboard, em que o tema principal foi exatamente assistente operacional/assistente de biblioteca. E acho que fizemos um bocadinho de força e conseguimos que pelo menos houvesse um documento orientador sobre o assistente de biblioteca. É a revista nº6 [<https://becre-eliasgarcia.blogspot.com/2022/06/flipboard-n-6.html>]. É o nosso CIBE, o coordenador interconcelhio João Paulo Proença que organiza. Cada biblioteca de Almada tem aqui artigos relacionados com este tema, com a falta de ou a importância de ter um assistente operacional ligado a biblioteca”.



Presença em linha

Blogue: [elias.com](https://becre-eliasgarcia.blogspot.com) - Um Agrupamento a Ler:

<https://becre-eliasgarcia.blogspot.com> (criado em junho de 2007)

Facebook: <https://www.facebook.com/beselias.garcia>

(criado em setembro de 2010)

Instagram: https://www.instagram.com/insta.be_elias

(1ª publicação a 29 de setembro de 2019)

Twitter: <https://twitter.com/BibElias>

As BE do AE também têm presença no Facebook das Bibliotecas Escolares do Concelho de Almada:

<https://www.facebook.com/BEAlmada>

(criado pelo CIBE, João Paulo Proença)



Quando as fazemos olhar, as pessoas pensam. E descobrem muito mais coisas

A Cinemateca Portuguesa acolheu, dia 18 de outubro, a sessão pública de apresentação do lançamento da 2ª fase do projeto europeu CinEd - Let's Watch Together! (2022-2024) e da sua pedagogia. Que incluiu, ainda, uma mesa-redonda com o diretor da Cinemateca, José Manuel Costa, o realizador e professor Vitor Gonçalves, e Os Filhos de Lumière – Associação Cultural.

Lígia Calapez
Jornalista

A sessão encerrou com a exibição de O Sangue, de Pedro Costa. “Através da sua pedagogia aberta única, o CinEd(i) visa fornecer acesso à riqueza e diversidade do cinema europeu, desenvolvendo a

capacidade dos jovens de ver e ouvir, comparar e conectar”. Esta a forma como o projeto se apresenta, num *site* que inclui um importante conjunto de ferramentas - de uma coleção de filmes e vídeos temáticos transversais a materiais pedagógicos, em torno de temáticas tão relevantes como *Inclusão cívica e igualdade de género, Geografia e paisagens, Relações intergeracionais, Cinema como património, Meio ambiente, economia*. Materiais que, diversos embora, também poderemos encontrar nos sites de Cinema, cem anos de juventude(ii) e Os Filhos de Lumière(iii).

Esta nova fase do projeto corrobora o bom trabalho entretanto desenvolvido. Desde 2015 o CinEd em Portugal envolveu 640 professores, cerca de 90 mediadores culturais e nove mil alunos.

Criado em 2015, sob coordenação do Instituto Francês, com financiamento do programa Europa Criativa(iv), o CinEd é liderado desde 2020 pela Cinemateca Portuguesa. Com a parceria (desde a primeira hora) da associação Os Filhos de Lumière, associação cultural que, desde 2000, organiza e orienta atividades nesta área. E o envolvimento do parceiro tecnológico MOG Technologies SA, que coordena os instrumentos informáticos do CinEd.

Identidade e objetivos

“O coordenador do projeto é apenas o suporte para uma atividade que é eminentemente coletiva. Este projeto será aquilo que o conjunto dos parceiros quiser e puder fazer”. Este um princípio sublinhado pelo diretor da Cinemateca, na apresentação inicial e que, de algum modo, sintetiza o espírito do projeto.

Nesta mesma lógica, José Manuel Costa enumerou alguns “itens específicos que contribuem para a identidade deste projeto”: “É um projeto que envolve cinematecas, mas em que têm um papel decisivo entidades ligadas à formação, à educação. É, por natureza, um projeto de relação com entidades escolares em todo o território europeu – estamos a trabalhar com o tecido escolar na Europa, em toda a sua diversidade e isso é a riqueza do projeto. É um projeto que tem um foco

especial na divulgação do património cinematográfico europeu – ao trabalhar na formação e na iniciação, está também a trabalhar na divulgação do património cinematográfico (que é o nosso trabalho)”. Salientou igualmente a metodologia específica do projeto.

“É um projeto que coloca formadores e formandos, professores e alunos, no mesmo plano de experiência e conhecimento – o que se trata aqui é, sobretudo, de uma troca de experiências entre pessoas do cinema e pessoas da educação. Mas também os próprios jovens, que são chamados às iniciativas deste projeto, são uma parte decisiva da experiência conjunta”.

“Nós estamos, por um lado, a partilhar o conhecimento, mas estamos, igualmente, a receber uma experiência e conhecimento de quem participa nas nossas atividades”, concluiu.

Uma metodologia não hierárquica

“O principal objetivo do projeto é garantir o acesso e a descoberta do cinema europeu às gerações mais jovens”, sublinhou o representante do CiNed, numa apresentação “a quatro mãos”.

“Tem uma abordagem pedagógica baseada na partilha de experiência entre o tutor e o formando. É um projeto colaborativo – em que qualquer parceiro tem uma palavra a dizer sobre o que é o projeto CiNed. E, depois, tem uma componente técnica, bastante importante – porque facilita a aplicação de toda a pedagogia dentro de cada país parceiro”. A ideia é “ligar os filmes às matérias escolares. São ferramentas muito horizontais e que sublinham a metodologia não hierárquica do projeto”. Disponíveis “a qualquer pessoa interessada”.

Este carácter colaborativo está igualmente presente na própria composição do projeto, a nível europeu: 13 parceiros e mais 3 associados, num total de 12 países. “Temos um mapa multicultural dentro da Europa. A União Europeia tem um multiculturalismo que está bem patente neste projeto”, realçou. Os 2 novos parceiros do projeto – Cinemateca Grega; Universidade de Çankaya (Ankara – Turquia) – representariam mesmo, como foi defendido pelo diretor da Cinemateca, na apresentação inicial, os 2 polos

essenciais deste projeto – cinematecas e entidades ligadas à educação.

Teresa Garcia, de Os Filhos de Lumière, começou por citar uma frase do cineasta espanhol Víctor Erice - “Acho que, de todas as artes, o cinema é a menos conhecida. Ignora-se geralmente a sua história, acima de tudo, a sua verdadeira natureza. Porque o cinema é a mais secreta das linguagens artísticas e a menos compreendida”. Uma frase que considera traduzir o que constata no trabalho com escolas. Acrescentando, entretanto, que “as pessoas, quando fazem estas formações conosco, descobrem algo em que não tinham pensado”.

A metodologia utilizada – com professores e alunos – está a ser trabalhada já há muitos anos. “Não começamos por dizer o que é o cinema, ou a história do cinema” – sublinhou Teresa Garcia. “Mostramos imagens. Ou falamos de como o cinema tem uma matéria própria – e é com essa matéria que vamos trabalhar. A primeira coisa que nós fazemos é mostrar um filme, ou um excerto, ou uma imagem. E levar a discutir sobre isso – o que é que as pessoas estão a ver. Quando as fazemos olhar, as pessoas pensam. E descobrem muito mais coisas”.

“O fundamental, o que está no centro desta pedagogia, é a descoberta do filme e a nossa própria descoberta” – foi a ideia frisada na apresentação, por Ana Eliseu, de uma ferramenta essencial – os **Cadernos Pedagógicos** (disponível nos sites do CiNed e do Os Filhos de Lumière)(v). “E isto acontece quando se faz perguntas, que são perguntas abertas – como é que as pessoas sentiram, o que é que as pessoas viram - e se está sempre a voltar ao filme – porque o filme é aquilo que todos, em comum, viram. E essa relação entre o nós próprios e o todo – eu diria que é até muito urgente, nos tempos que correm”. ■

(i) <https://www.cined.eu/>

(ii) <https://www.cinemacentansdejeunesse.org/>

(iii) <http://osfilhosdelumiere.com/home/>

(iv) <https://www.europacriativa.eu/>

(v) <https://www.cined.eu/teaching-with-cined>
<http://osfilhosdelumiere.com/publicacoes/>

Orçamento de Estado 2023



Um Orçamento que não responde às necessidades prementes da Escola Pública nem dos profissionais que nela trabalham

• *José Feliciano Costa*

A análise da proposta de Orçamento de Estado para 2023, entregue pelo Governo na Assembleia da República no início de outubro (entretanto já aprovada com os votos da maioria parlamentar do Partido Socialista), parece reunir consenso. Segundo alguns economistas, a proposta não cuida dos rendimentos das chamadas classes médias, a camada da população ativa cujos salários não sendo muito elevados, apesar de tudo, se destacam das famílias com rendimentos muito baixos, porque também é verdade que os níveis de remuneração média em Portugal são baixos.

Todos os estudos que analisam a evolução dos salários em Portugal referem que o país continua a ocupar a pior posição entre os países da União Europeia que integram o *ranking* do salário anual médio da OCDE (em 2020 ocupava a 4.ª pior posição, menos um terço do que a Espanha e menos 90 % do que a Alemanha).

Mesmo nos anos em que houve recuperação económica, este facto não teve praticamente impacto no crescimento dos salários dos trabalhadores, ou seja, na liquidez do seu rendimento.

É claro, também, que a análise desta proposta de Orçamento de Estado não pode estar desligada do processo da negociação geral anual entre o governo e as estruturas sindicais da Administração Pública, com especial incidência nos salários dos docentes da Escola Pública. Este não pode dissociar-se do Acordo Geral de Rendimentos e Competitividade, que o executivo se esforçou por aprovar em

contrarrelógio, com repercussões nos docentes dos setores privado e social. É de salários que falamos, claro, e, no caso da Administração Pública, o governo apresentou aos sindicatos uma proposta de aumento de 52 euros, o que se traduz, para os docentes, num aumento de 3,4 % no 1.º escalão, percentagem que vai reduzindo gradualmente até aos 2% de aumento para a pequena percentagem de docentes que estão acima do 8.º escalão.

Algumas das estruturas sindicais da Administração Pública assinaram um acordo com o governo (a Frente Comum não assinou), acordo que inclui, ainda, um aumento extraordinário de 104 euros para as carreiras dos técnicos superiores. A acontecer, este aumento extraordinário traduz-se numa discriminação, pois não se aplica aos docentes. É importante recordar que até 1986, ano em que se conseguiu a paridade entre a carreira docente e a dos técnicos superiores da Administração Pública, os professores

eram discriminados, por não atingirem os salários atribuídos aos técnicos superiores da Administração Pública no topo da sua carreira.

Outro dado que deve ser tido em conta quando falamos de desvalorização salarial é o valor da inflação entre o período de 2010 e 2021 (11 anos), que registou um valor acumulado de 15,1%.

É de referir que, neste período, os salários dos trabalhadores da Administração Pública tiveram a irrisória atualização de 0,3 % em 2020.

De recordar também que a taxa de inflação, cujas previsões apontavam para 7%, em 2022, apesar de alguns peritos indicarem que poderia atingir os 9%, colocou-se em setembro nos 9,28% e os dados de outubro indicam que chegou aos 10,2%, num cenário idêntico aos valores registados durante a pandemia.

Quanto aos salários, a suposta valorização salarial foi de 0,9% em 2022 e o que está proposto para 2023, são os tais 3,4% para os docentes no 1.º escalão e com redução percentual a partir daí.

Para o setor privado, o já aprovado acordo na mesa da concertação social (que não foi assinado pela CGTP) na análise que muitos já fizeram sobre os anunciados objetivos centrais do documento, nomeadamente a valorização salarial e a consequente melhoria dos rendimentos, existe uma unanimidade no sentido de considerar que as medidas aprovadas ficam muito aquém dos pressupostos e das necessidades pomposamente anunciadas pelo primeiro-ministro António Costa. Voltando a este Orçamento de Estado e no que ao setor da Educação diz respeito, para o Ensino Básico e Secundário, os números são bem elucidativos e o corte é uma realidade: as verbas disponibilizadas para este setor, se considerarmos a despesa total consolidada, passam de 7 502,4 milhões de euros estimados para 2022, para 6 933,3 milhões de euros, que são os inscritos na proposta para 2023, ou seja, uma queda de 7,6% , traduzidos num corte de 569,1 milhões de euros. Justifica o governo que este corte é substituído pela transferência de despesas devido à mudança de trabalhadores não docentes para as autarquias, despesa assegurada pelo Fundo de Financiamento da Descentralização.

Estes valores confirmam um desinvestimento já crónico de que este setor padece, num quadro em que Portugal é apontado, segundo um estudo recente, como um país que gasta por ano menos 1500 euros por aluno do ensino não superior por comparação com os países da OCDE, que é a entidade autora deste estudo.

Ainda para a Educação (ensino não superior), no relatório do Orçamento, é referida a aposta na continuidade das políticas educativas, nomeadamente o continuar da execução do Plano de Recuperação das Aprendizagens, o acrescentar de novas ferramentas para a Educação Inclusiva, a continuação do investimento na Escola Digital e o reforço das ofertas no Ensino Profissional.

O texto anuncia, também, o início do processo de redução das tarefas administrativas dos professores e ainda a alteração ao modelo de recrutamento de docentes e ao modelo da formação inicial de professores.

Bem, o que não se percebe é como é que se concretizam todos estes projetos, quando se continua a apostar no desinvestimento no setor, que este ano e segundo esta proposta, cai para 3,2% do PIB, ou seja, quase metade dos 6% que é recomendado para o financiamento público da Educação pelas organizações internacionais, nomeadamente a ONU.

Parece-nos, pois, tarefa impossível de concretizar e é fundamental acrescentar que a proposta passa escandalosamente ao lado da possibilidade de resolução dos múltiplos problemas que afetam os professores, designadamente:

Carreira docente e salários - Nada prevê para uma carreira completamente destroçada, que mantém cerca de 48,3 % dos docentes posicionados até ao 4.º escalão, sendo que 25% destes estão retidos pelo perverso sistema de quotas e vagas e 13,7% estão também retidos no 6.º escalão, por força dos mesmos mecanismos. Estes números deveriam envergonhar quem tutela este setor e que obstinadamente nada faz para inverter esta situação.

Precariedade - Nada prevê, também, para uma profissão que continua a manter elevadíssimos níveis de precariedade, mantendo propositadamente um largo contingente de docentes que acumulam contratos ao longo de 10,

15, 20 ou mais anos e que suprem necessidades permanentes do sistema de ensino público. Situação que só não é revertida por falta de vontade política, o que afasta milhares de jovens da carreira e outros milhares de docentes que a abandonam porque não conseguem a estabilidade profissional que procuram.

Aposentação e rejuvenescimento - Nada prevê para uma profissão nitidamente envelhecida e desgastada pelas pressões exercidas, quer a nível social, quer pela degradação continuada das condições de trabalho.

Horários de trabalho – Mais uma vez, não há nada previsto no documento que permita a reposição da legalidade dos horários de trabalho dos docentes e que ponha fim aos reiterados abusos, num quadro de violação e de exploração e cuja solução é assumidamente negada, mesmo perante os factos consumados das ilegalidades cometidas.

Esta é, pois, uma Proposta de Orçamento, entretanto já aprovada na generalidade, que não responde às necessidades prementes da Escola Pública nem dos profissionais que nela trabalham.

Um Orçamento de Estado que volta a recuar no financiamento público da Educação, permitindo o arrastar dos graves problemas que afetam este setor, mantendo um subfinanciamento que ameaça tornar-se crónico e que compromete fortemente a melhoria das condições de trabalho dos profissionais do setor e coloca seriamente em causa as condições de aprendizagem dos seus alunos. ■

Parece-nos, pois, tarefa impossível de concretizar e é fundamental acrescentar que a proposta passa escandalosamente ao lado da possibilidade de resolução dos múltiplos problemas que afetam os professores



No Dia Mundial do Professor Os professores portugueses exigiram respeito

RESPEITO foi a palavra e a imagem que presidiu à iniciativa da FENPROF que, no dia 4 de outubro, associando-se à comemoração do Dia Mundial do Professor (5 de outubro) promoveu um plenário nacional de docentes em frente da Assembleia da República. Nesta iniciativa da FENPROF, solidarizando-se com a luta dos professores, marcaram também presença as deputadas Joana Mortágua (BE), Paula Santos (PCP), a dirigente do PEV Manuela Cunha, o coordenador da Frente Comum, Sebastião Santana, o dirigente da CGTP-IN Valter Lóios, Alexandra Delgado, dirigente da CONFAP e André Pereira, estudante.

O Plenário, com cerca de um milhar de professores, contou com intervenções da presidente do Conselho Nacional da FENPROF, e membro do

executivo da Internacional da Educação, Manuela Mendonça, que situou a comemoração da data em Portugal no contexto internacional; de Mário Nogueira, secretário-geral da FENPROF, que justificou a necessidade do plenário face ao desrespeito a que os professores têm vindo a ser sujeitos; de José Costa (SPGL), que sublinhou a exigência de concretização do protocolo negocial apresentado pela FENPROF ao M.E.; de Francisco Gonçalves (SPN) que referiu a falta de respeito com que o M.E. tratou os docentes com necessidade de mobilidade por doença e de Vítor Godinho (SPRC), em torno da questão dos concursos e da precariedade docente – texto que aqui reproduzimos. O Plenário foi animado pelo músico Nuno do Ó, que relembrou alguns temas musicais da luta pela democracia

e por uma sociedade mais justa. Da resolução aprovada e posteriormente entregue ao M.E. destaca-se a exigência de um OE 2023 que possibilite o respeito pelos professores e a qualidade da escola pública. *“Afirma a ONU que ‘O financiamento público da educação é o investimento mais eficiente e socialmente responsável que os países podem fazer. Cada dólar investido em educação gera um retorno maior para os indivíduos e ainda mais para a sociedade do que qualquer outro investimento’.* Quando se aproximam o debate e a votação do Orçamento do Estado para 2023, os professores e educadores exigem que esta mensagem da Organização das Nações Unidas seja assumida pelo Estado português, desde logo pelo governo e pelos deputados na Assembleia da República”.

Regime de concursos: nem amiguismo nem submissão!

Vitor Godinho

Dirigente do SPRC e SN da FENPROF

Desde há alguns anos que a FENPROF vem reclamando a revisão do regime legal de concursos, essencialmente como forma de combater a elevadíssima precariedade que grassa na profissão, reveladora da ineficácia da norma que de travão só tem o nome, e de pôr termo às injustiças que decorrem da ordenação de docentes de QA/QE e de QZP em prioridades distintas.

Nesse sentido, a FENPROF, entre outras, defende as seguintes propostas:

- . Revisão da norma travão no sentido de esta passar a abranger todos os docentes com 3 anos completos de serviço, desde que com 3 contratos sucessivos, em horários completos e incompletos e celebrados até ao final do 1º período que se prolonguem até 31 de agosto;
- . Realização de dois concursos externos extraordinários nos próximos dois anos escolares, o primeiro para vincular os docentes com 10 ou mais anos de serviço e o segundo para os com 5 ou mais anos de serviço;
- . Ordenação de QA/QE e de QZP na mesma prioridade, seja no concurso interno, seja no de mobilidade interna;
- . Universalidade de acesso a todas as vagas de QZP e QA/QE abertas a concursos interno e externo, viabilizando o ingresso em quadro também em vagas de QA/QE e a candidatura de docentes dos quadros a quaisquer vagas de QZP disponíveis.

Da parte do ME, pelo que nos é dado perceber, as preocupações são certamente outras. Com a revisão do regime legal de concursos, o ME procura desferir um feroz ataque à abrangência nacional do concurso, por um lado, e à graduação profissional como critério de ordenação dos candidatos, por outro, preferindo a contratação direta



pela escola com a escolha de docentes assente em critérios por esta definidos, naquilo que designou por “perfil de competências”.

O ME e os seus ajudantes do costume têm vindo a público procurar forjar argumentos favoráveis a este modelo de recrutamento, defendendo:

- . Que o mesmo contribuiu para combater a já indisfarçável falta de professores – completamente falso: a falta de professores tem origem na falta de atratividade da profissão docente, não no modelo de recrutamento que for utilizado;
- . Que a contratação direta acelera as colocações, diminuindo os períodos sem aulas – também é falso: como um passado bem recente o confirmou, com as chamadas Bolsas de Contratação de Escola, a contratação direta pelas escolas até atrasa as colocações, não as acelera;
- . Que este modelo reforça a autonomia das escolas: também não é verdadeiro; quando muito, reforça-se o poder do/da diretor(a), mas à custa do cerceamento da autonomia dos professores. É que, na verdade, a única razão por que o ME pretende apostar neste modelo de recrutamento é só esta: pretende com ele ampliar as formas de regular a profissão e os que a exercem, tal como já o faz com o modelo de avaliação do desempenho e de progressão, com quotas e vagas, e

com o modelo de direção e gestão das escolas, com a figura de diretor. Com efeito, ficando a colocação dos docentes, e a renovação, à mercê da escolha dos diretores, pretende o ME que tal determine uma rápida submissão, sem contestação ou questionamento, dos docentes a quem os escolhe e aos seus ditames, por mais absurdos ou até ilegais que sejam.

E não se julgue que este é um problema “apenas” dos contratados a termo: não só o ME já manifestou vontade de este modelo garantir um mínimo de 1/3 do recrutamento de cada escola (o que supera aquelas que são, na maioria das escolas, as necessidades de recrutamento de contratados), como já afirmou que pretende que o ingresso direto de professores em QA/QE se faça pela aplicação deste modelo, baseado, portanto, na escolha do diretor, ultrapassando docentes que já pertençam aos quadros no acesso a esses lugares.

Pelo contrário, os professores terão, todos, que não apenas os contratados, de se unir na luta contra o modelo de recrutamento definido pelo ME, recusando-o liminarmente, pois estarão, com essa luta, a afirmar a defesa da isenção, da independência e da autonomia com que a profissão docente vale a pena e deve ser exercida.

Colegas, numa frase, nunca gasta, que tudo resume: a luta continua! ■

A transformação da educação começa com os professores

“A transformação da educação começa com os professores”. Esta é a ideia central da mensagem conjunta dos líderes da UNESCO, OIT, UNICEF e Internacional da Educação divulgada este 5 de outubro. Que assume, como ponto de partida, uma citação de John Dewey: “Não se pode ensinar hoje da mesma maneira que no passado para preparar os estudantes para o futuro”. A mensagem começa por lembrar o relatório da Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação “Reimaginar nossos futuros juntos” e o seu apelo a um novo contrato social para a educação, em que os professores devem ser colocados no centro do processo de ensino e a sua profissão revalorizada e repensada.

“A crise da COVID-19 pôs em evidência o papel fulcral dos professores no sistema educativo”, frisa o documento. Para transformar a educação e corresponder às necessidades agravadas pela crise, seria necessário dispor de um número adequado de professores e técnicos e auxiliares de educação “autónomos, motivados e qualificados”.

Mas a realidade atual está longe de corresponder às necessidades evidenciadas e agravadas. Consta-se mesmo que “um número sem precedentes de professores está a abandonar a profissão e que o número dos que estudam para se tornarem professores diminuiu consideravelmente”.

As estimativas atuais indicam que se-

riam necessários mais 24,4 milhões de professores no ensino primário e cerca de 44,4 milhões de docentes no nível secundário para alcançar a educação básica universal até 2030. Um problema que assume particular gravidade na África subsaariana e na Ásia do Sul. A concluir, a mensagem salienta que se impõe que os professores disponham das condições adequadas para “assumir as suas responsabilidades em relação a si próprios, em relação aos outros e em relação ao planeta”. E apela a todos os países para que confiem nos professores e que “estes sejam reconhecidos como produtores de saberes, profissionais responsáveis e parceiros estratégicos”. ■

Mensagem de David Edwards, secretário-geral da Internacional da Educação

Os professores são o coração pulsante da educação

Este é um momento crucial. A COVID-19 teve um enorme impacto na educação. No auge da pandemia, 1,6 bilhão de alunos estavam fora da escola. Milhões ainda não têm aulas, outros estão lutando com traumas e perdas. À medida que a crise económica, a emergência climática e as guerras intensificam os efeitos da pandemia, os educadores tornaram-se a salvação de todos os sistemas escolares do mundo. Esta tábua de salvação crítica está agora em risco.

Apesar da apreciação pública pelos professores, a maioria dos governos não conseguiu fazer os investimentos necessários nos sistemas educacionais ou fornecer o apoio de que os professores precisam desesperadamente. Em muitos lugares, os aplausos e agradecimentos foram substituídos por cortes orçamentais devastadores e

exigências impossíveis que deixam os professores exaustos e esgotados. Os professores foram sobrecarregados, mal pagos e subvalorizados durante anos. Educadores experientes estão deixando a profissão que amam. Menos candidatos aspiram a substituí-los. A escassez global de professores está a atingir proporções alarmantes.

A dedicação dos professores não pode compensar instituições de ensino carentes financeiramente, políticas de cima para baixo ou sistemas que não confiam e respeitam os profissionais dedicados aos seus alunos.

Algumas semanas atrás, os líderes mundiais reuniram-se nas Nações Unidas para a Cúpula da Educação Transformadora. Estávamos lá para falar pela profissão docente. Apelamos aos governos para aumentar o investimento em sistemas de edu-

cação pública de qualidade. Garantir direitos e boas condições de trabalho para professores e pessoal de apoio à educação. Envolver os professores e confiar na sua competência pedagógica. Porque sabemos que a educação transformadora começa com os professores.

Os professores são o coração pulsante da educação.

É hora de se comprometer com o poder transformador da educação pública, para cada aluno. Os professores, alunos e comunidades de aprendizagem do mundo estão prontos para construir um futuro mais justo, inclusivo, democrático e sustentável. Apelamos a todos os governos para que intensifiquem e façam a sua parte: invistam nos professores, envolvam os professores, confiem nos professores, respeitem os professores. ■

SPGL em luta por aumento dos salários e pensões

O SPGL integrou a manifestação convocada pela CGTP-IN (em Lisboa e no Porto) no passado dia 15 de outubro, que, em Lisboa, ligou o Cais do Sodré ao Rossio. A manifestação exigiu aumento dos salários e das pensões - aumento considerado como uma “emergência nacional” - medida que o brutal aumento do custo de vida torna cada dia mais imperiosa. Denunciou também o ataque aos direitos laborais, traduzido na permanência das alterações negativas à legislação laboral do tempo da “troika” que os governos do Partido Socialista insistem em manter. ■



2 de novembro:

Greve e concentração dos professores e educadores

No momento em que se fecha este número do Escola Informação está em curso uma greve nacional dos professores e educadores convocada pela FENPROF e outros sindicatos. Decorre também uma concentração dos docentes junto à Assembleia da República coincidindo com a intervenção do ministro da Educação a defender o indefensável: o subfinanciamento da Educação no OE2023. No próximo número do EI daremos destaque a estas iniciativas.



Greve de 21 de outubro dos docentes das IPSS e Misericórdias

A greve de 21 de outubro dos docentes das IPSS e Misericórdias teve uma grande adesão por parte dos docentes, com muitas instituições encerradas. No mesmo dia, realizou-se uma concentração junto ao MTSSS, com a participação de muitos docentes. Não desistimos:

- Da valorização salarial dos docentes;
- Dos aumentos salariais com efeitos a Janeiro;
- Do desbloqueamento da progressão da carreira dos Educadores em Creche. ■



Novo Contrato Coletivo no Ensino Particular e Cooperativo



Após anos de luta contra a situação laboral provocada pela denúncia unilateral do contrato coletivo de trabalho assinado entre a CNEF e a FENPROF, foi possível celebrar, no passado dia 26 de outubro, um novo Contrato Coletivo de Trabalho entre a CNEF e a FENPROF abrangendo o Ensino Particular e Cooperativo, o Ensino Artístico Especializado e o Ensino Profissional.

Como destaca o Secretariado Nacional da FENPROF, “A FENPROF nunca desistiu de ter um novo CCT, sempre reconheceu a importância disso e, com perseverança, manteve, ao longo de todo esse processo, uma atitude responsável e aberta”, sem deixar de assinalar que “este é o CCT possível no presente momento”. Logo que publicado no Boletim de Trabalho e Emprego, o texto do CCT será enviado aos sócios dos sindicatos abrangidos pelo acordo. ■

Conselho Geral

No dia 27 de outubro, o Conselho Geral do SPGL aprovou, por unanimidade, o relatório da atividade sindical do SPGL no ano letivo 2021/2022. O texto apresentado pela direção do sindicato mereceu análise crítica dos presentes, com propostas de alteração que a direção assumiu e que se comprometeu a introduzir na versão final do relatório. ■



Do Lyceu Camões à Escola Secundária Camões

No passado dia 17 de outubro o Camões celebrou os seus 113 anos apresentando “*urbi et orbi*” a primeira fase da requalificação do edifício, em visita guiada pelo arquiteto João Falcão de Campos, autor do projeto. Daremos no próximo número do EI destaque a este acontecimento. ■

Helena Gonçalves:

Nada nos é oferecido, temos de conquistar os direitos

A 3ª Conferência de docentes aposentados dos sindicatos da FENPROF decorrerá a 29 de novembro próximo.

EI entrevistou Helena Gonçalves, professora aposentada, que lecionou no 1º ciclo durante 35 anos. Dirigente do SPGL é atualmente a coordenadora deste departamento da FENPROF.



Qual o lema desta Conferência? E como se justifica essa escolha?

O lema é – “Um envelhecimento e uma aposentação dignos com direito aos direitos”.

A escolha resulta do facto de os dados sobre o envelhecimento ativo e saudável não serem satisfatórios em Portugal por falta de políticas adequadas. O envelhecimento dá-se com menor qualidade de vida, consequência da também menor qualidade de vida ao longo dos anos da vida ativa. Há que lembrar que não basta ter emprego para que tenhamos uma pensão que mantenha o nível de vida quando passamos à aposentação. Contribuem para diminuir o seu valor os constrangimentos na progressão das carreiras (vejamos o que está a acontecer atualmente aos professores com todos os constrangimentos que foram criados nas suas carreiras...) os períodos de desemprego, a precariedade, a existência de trabalho não declarado e as subdeclarações de salários.

Escolhe dois principais objetivos a atingir com esta realização

Identifico os seguintes – por um lado, termos uma análise da situação e propostas a apresentarmos aos governantes; por outro, elevarmos a consciência dos docentes aposentados sobre a realidade e que, em muitas situações, é possível resolver os problemas com soluções diferentes que as que nos apresentam. Exemplo disto são as propostas quanto à sustentabilidade da Segurança Social. Os governantes e

a OCDE apostam em medidas restritivas, nomeadamente em relação aos valores das pensões, impondo outras regras para o seu cálculo, apostam no reforço do sistema não contributivo incentivando a opção pela poupança individual através de fundos de pensões. O Movimento Sindical Unitário defende que a solução é reforçar a Segurança Social Pública, Universal e Solidária com novas fontes de financiamento, nomeadamente, considerando não só os salários, mas também o Valor Acrescentado Líquido (VAL) de cada empresa, o eficiente combate à fuga e à evasão fiscal e contributiva, bem como a restituição das verbas retiradas à Segurança Social para suporte de todas as medidas excecionais, como, por exemplo, as do surto epidémico COVID 19, através do Orçamento de Estado. Esta consciência é que dará força à sua mobilização para a luta. Não esquecer que nada nos é oferecido, temos de conquistar os direitos. A vida ensinounos isto.

Que áreas de intervenção merecem mais destaque?

Identificámos 5 áreas de intervenção, elencando o conjunto de reivindicações que, do nosso ponto de vista, será necessário satisfazer para que tenhamos respostas: a melhoria das pensões, a sustentabilidade da Segurança Social, a medicina para o envelhecimento, as doenças mentais e a economia de cuidados, manter a ADSE pública uma vez que constitui

um direito dos trabalhadores e aposentados da Administração Pública e o direito à participação e à mobilidade.

Que sentido faz manter nos sindicatos trabalhadores (neste caso, professores e educadores) que já não estão a trabalhar?

A melhoria da vida dos aposentados resulta do nível de vida que atingiu, enquanto trabalhador no ativo. Está tudo interligado.

Há muitos professores e educadores a manterem-se sindicalizados após a aposentação?

Tem aumentado o número de sócios aposentados nos sindicatos que constituem a FENPROF, mas o número é baixo em relação aos sócios que se vão aposentando. Isto acontece porque ainda há muitos colegas que pensam que a vida digna a que temos direito enquanto aposentados se reduz ao valor das pensões, quando poderão ver, nas áreas que identificámos como importantes a tratarmos nesta Conferência, que há muito mais para além disso. Pensam, igualmente, que as pensões são intocáveis quando já não é assim. Lembremos a CES, contribuição bastante elevada imposta pelo governo de Passos Coelho e que a queria tornar definitiva caso tivesse ganho as eleições. Lembremos como as regras para o cálculo das pensões têm sido alteradas.

Há que nos mantermos unidos e ativos na luta pelos nossos direitos, com os nossos sindicatos.



Almerinda Bento
Dirigente do SPGL

A quem serve este orçamento?

No dia em que escrevo este texto de opinião, o orçamento de Estado para 2023 acaba de ser aprovado na generalidade, apenas com os votos favoráveis do PS. Com governos de maioria absoluta, quem está no poder tem a faca e o queijo na mão, pode chamar de traidores aos que não o seguem e auto-intitular-se de esquerda. É o que se passa por cá. Claro que a proposta de OE ainda vai ser discutida na especialidade e que é possível fazer alterações, mas já é de todos sabido que as mudanças a haver são apenas retoques num edifício que está construído numa perspectiva que só olha para os poderosos do mundo e esquece os mais pobres. A senhora Lagarde, agora à frente do BCE, em conferência de imprensa impõe resolutamente a continuação da subida das taxas de juro para “suster a inflação”, certamente muito preocupada com os preços das malas Louis Vuitton e Hermès e com as próximas toilettes dos grandes estilistas da moda de que é habitual cliente. Quem faz contas às consequências da subida das taxas de juro no crédito à habitação, ao mesmo tempo que já faz

uma imensa ginástica para que o ordenado dê para tudo, só tem que se sentir ludibriado e injustiçado, farto da lengalenga das consequências da pandemia e da guerra, que entretanto encheu os cofres das grandes empresas distribuidoras, das gasolinehas, da indústria farmacêutica e do armamento e também dos bancos. Quem em Janeiro de 2022 votou no PS, com receio da direita e da extrema-direita que as sondagens davam como certas, já deve estar a ver no logro em que caiu. Afinal a austeridade voltou, mesmo que António Costa diga que não há austeridade. Os professores, que talvez acreditassem na possibilidade de uma melhoria das suas condições de vida, de trabalho, de carreira, de salário (afinal o actual ministro que conheciam quando era secretário de Estado e que pelo menos tinha um discurso mais aberto e com maior sensibilidade, tendo em conta a mudez e invisibilidade de Tiago Rodrigues!) olham para o OE e o que vêem? Medidas que valorizem os salários? Horários decentes que permitam um trabalho de qualidade e centrado nos alunos/as? Reposição da carreira roubada? Uma avaliação justa não sujeita

a bloqueios e quotas? Uma perspectiva de carreira motivadora e que atraia novos profissionais qualificados? Se a todas estas perguntas a resposta é NÃO, a quem serve então este orçamento? Rejeito liminarmente quem contraponha, dizendo que este meu discurso é um discurso de bota-abaixo. Fui professora antes de 25 de Abril e depois de 25 de Abril, sei bem os enormes avanços que a Escola Pública fez, sei que ela tem estado debaixo de ataque como aliás todos os serviços públicos, e sei que há forças que tudo fazem para a destruir. A sua degradação, nomeadamente quando centrada no coração que a faz mover – o professorado – pode levá-la ao colapso. As políticas governamentais apoiadas num orçamento são essenciais para o seu funcionamento, melhoramento e resolução dos problemas que existem. No recente relatório “*Education at a Glance*” produzido pela OCDE, esta organização de que Portugal é membro reconhece resultados do investimento nas políticas educativas, embora o investimento na educação no ensino básico e secundário coloque Portugal abaixo da média dos 38 países da OCDE e ainda que, entre 2015 e

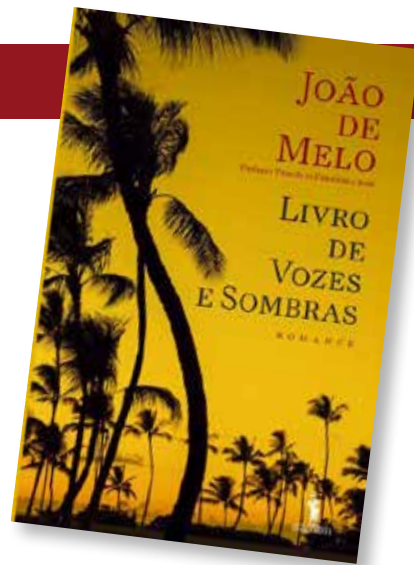
2021, os salários aumentaram 6% em média na OCDE e apenas cerca de 3% em Portugal. A OCDE realça ainda o facto de em Portugal, em todos os níveis de ensino, o corpo docente ser simultaneamente preparado, experiente, mas envelhecido.

Temos à nossa frente um calendário apertado. Até 25 de Novembro, data da votação final do OE2023, os/as professores/as têm de fazer ouvir a sua voz, têm de exigir RESPEITO como fizeram à porta da Assembleia da República no dia 4 de Outubro. No dia 2 de Novembro vão poder fazer-se ouvir a nível nacional, através de uma greve que abrange todos os docentes e cujo impacto, caso seja massiva, poderá mostrar mais uma vez a importância social da nossa classe. Nas escolas, devemos recusar o sobretrabalho e exigir que a substituição dos docentes que entretanto se vão aposentar seja feita por critérios de rigor e qualificação profissional e não através de esquemas de amiguismos e compadrios que nada têm a ver com o respeito que os nossos alunos devem merecer a todos. ■

28 de Outubro de 2022

**“Livro de Vozes e Sombras”, de João de Melo,
vence prémio Urbano Tavares Rodrigues.
A justificação do júri no texto de Paulo Sucena.**

De Realidades Trágicas a um Romance Fulgurante



Paulo Sucena

1. Antes de entrarmos na análise do romance de João de Melo, gostaríamos de assinalar três pontos prévios. O primeiro, para sublinhar que a diegese começa *in medias res*. A jornalista Cláudia Lourenço que vive e trabalha em Lisboa no jornal *Quotidiano* surge no início do romance na Ilha de São Miguel e a ser conduzida por Gil, correspondente açoriano do *Quotidiano*, ao encontro de Mariano Franco, “outrora o operacional mais temido da Frente de Libertação dos Açores”. Porém, na primeira das seis sequências do romance, o leitor é esclarecido pelo narrador de tal presença em São Miguel e da sua missão jornalística. David Matos, natural da Ilha Terceira e conhecido de Mariano Franco, decidiu, na qualidade de chefe de redação do *Quotidiano*, publicar um suplemento do jornal com uma longa entrevista a Mariano Franco, que foi “um militante de proa da causa independentista, mais tarde contestatário da organização e, por fim, seu dissidente”. A belíssima Cláudia Lourenço, jovem de trinta e três anos, foi a profissional escolhida para desempenhar aquela tarefa jornalística.

O segundo prende-se com o título *Livro de Vozes e Sombras*, cuja semântica plural nos permite encontrar uma linha de sentido que encerra a possibilidade de estarmos perante um romance, diria, assumidamente incompleto. É necessário retirar das sombras as vozes que lá permanecem e ouvi-las e anotar, desde logo, que as vozes responsáveis pelo enredo também nos surgem peçadas das sombras. Leia-se o que Mariano Franco confessa à jornalista Cláudia Lourenço e a consciência que ela própria tinha de que “limitara-se a entrar e a sair do jogo dele. [Mariano Franco]. Tudo fora dito, tudo ficara por dizer”. Por sua vez, o ex-

-terrorista da FLA, que acabou por ser expulso dos Açores e preso em Lisboa, reconhece que “Eu vivo em estado de sítio e em recolher obrigatório. Mantenho os meus bens, é um facto, mas falta-me ter de volta a pessoa que fui antes de me perder em mim; falta-me a vontade, o bom-nome, o respeito dos outros, a minha vida de então”.

Este curto excerto, dezenas de outros poderia recolher, leva-nos ao último ponto prévio. O facto de estarmos perante uma personagem complexa e contraditória torna clara e rigorosa a advertência inicial de João de Melo. “Este não é, nem pretende ser, um romance histórico, e sim uma ficção narrativa e literária na qual o autor se dá a liberdade de entrecruzar enredos, tempos e lugares alusivos à realidade própria do seu país”.

2. Gostaria de passar agora à arquitectura do romance, dividido em seis sequências e um epílogo intitulado “Finisterra”, que nos trouxe à memória o nome de Carlos de Oliveira e o título de um dos mais admiráveis romances do século XX. Em João de Melo, entre outros aspectos, aparece-nos como o limite do mundo ficcional deste seu romance que, no que concerne ao seu objectivo principal – uma entrevista a Mariano Franco a fim de ele desvelar profundamente o papel da FLA após o 25 de Abril – é atingido de uma forma fruste, como o mostra uma declaração do entrevistado: “Enquanto não for o tempo disso, nada feito: a minha história acaba assim, sem glória nem proveito. Fica nas suas mãos”. E mais adiante acrescenta: “Não posso ser mais claro nem mais verdadeiro, admito-o. O Matos, seu chefe, devia saber de antemão ao que vinha a enviada especial do jornal”. Quanto à organização narrativa, salvo a

terceira sequência que aborda o período da descolonização de Angola (escrevi Angola a partir de indícios, no entanto, o nome da colónia deve ser lido metaforicamente porque o narrador não a refere), as outras cinco recaem sobre o tempo e as circunstâncias açorianas após a Revolução dos Cravos. Em “Finisterra” temos uma simbiose entre as duas temáticas.

Temos de convir que nos deparamos com uma complexidade narrativa inquestionável em que a diegese é assegurada por vários narradores, desde aquela a que poderia chamar o primeiro narrador, um narrador heterodiegético, a outros dois que me permito destacar, narradores autodiegéticos, Mariano Franco, o independentista, quando troca o diálogo pelo monólogo e Ângela Maria, a menina cega, que assume com uma magnífica competência muito do desfiar do enredo da terceira sequência, intitulada “Uma cortina sobre África”, em que avulta a personagem do brutalizado e brutal colonialista Custódio Pinto, seu pai, que em Angola já dava mostras de esquizofrenia e acaba por endoidecer pouco tempo depois de regressar a Lisboa.

Finalmente, sublinho que o romance tem sempre uma narratária interna, a jornalista Cláudia Lourenço, como Ângela Maria o comprova no final da terceira sequência, numa espécie de prolepse: “coisas há que só podem ser ditas com literatura, não é assim, menina Cláudia?”. O diálogo entre as duas, participado também pelo marido de Ângela, Manuel Cristóvão, personagem simbólica da capacidade reivindicativa sindical de um povo que deseja erguer-se do chão, é retomado no final do romance.

3. É o momento de nos aproximarmos da substância de *Livro de Vozes e Som-*

bras. Diria, em primeira mão que é um romance, para além da alta qualidade da escrita de que me permito salientar algumas descrições primorosas (alguém dizia que é a musa dos grandes escritores), extremamente corajoso ao abordar ficcionalmente temas ainda candentes como a acção da FLA e a descolonização de Angola.

O encontro entre Mariano Franco e Cláudia Lourenço logo nos mostra que não estamos perante um romance linear ou uma narrativa previsível entre um fascista mau e uma jovem muito bela provinda da geração de Abril. João de Melo não é um escritor dogmático. A profundidade das suas personagens é timbre da sua obra romanesca porque o autor tem em conta que os seres humanos não estão divididos em categorias hermeticamente fechadas. A sua complexidade não permite isso. E o narrador mostra-o logo nas primeiras páginas ao abrir uma frecha, diria que de fascínio físico, entre o cinquentenário Mariano Franco, intrinsecamente reacionário e a jovem e sensual Cláudia Lourenço. Ou seja, o narrador vai percorrer duas linhas de sentido, uma que revela ao leitor as violências e atrocidades cometidas pela Frente de Libertação dos Açores, em que desempenhou um papel relevante Mariano Franco, contra aqueles açorianos que, no seu legítimo direito, pretendiam pertencer ao Portugal de Abril. Muitos deles, como o narrador refere, eram, no tempo da ditadura, “uma gente do campo, rota e descalça, servia os pais dele [Mariano Franco] de sol a sol, ao frio e à chuva, até emigrar e dizer adeus para sempre aos Açores”.

Nas diatribes contra Portugal e a favor da independência dos Açores, Mariano Franco, afirmava que “o país esquecera-se de incorporar as ilhas na vida nacional (...). Cinco séculos de ocupação e pobreza”. Eis-nos perante um retinto reaccionário que se esquecia do poder que o antigo regime concedia à sua família e se aproveitava, de uma forma que hoje chamam populista, para se valer das carências que o regime fascista impusera aos humilhados e ofendidos para os atizar contra a Revolução que pugnava pela justiça social.

A outra linha de sentido, concernente a um nascente fascínio entre Mariano Franco e Cláudia Lourenço, vai-se desenvolvendo ao longo do romance e tem o seu auge no segmento final – “Finisterra” – no momento da despedida dos dois personagens. “E ele sem ousar dar-lhe um beijo na boca. Sem a abraçar.

Devia julgar que não a merecia. Se não fora digno dela na sua casa, menos seria num quarto de hotel. Faltou-lhe a lucidez de adivinhar pelos sinais que Cláudia o aceitaria de pronto se lhe tivesse pedido (...). Mas a verdade é que se ficaram por uma despedida em silêncio, como uma leve melancolia nos olhos de ambos.”.

Numa incursão muito bem conseguida pelos terrenos da erótica, no epílogo do romance, o leitor fica com a prova provada do profundo desejo físico que Cláudia sentia por Mariano.

4. O romance *Livro de Vozes e Sombras* é, do ponto de vista sociológico, um romance transversal, desde os senhores do poder aos trabalhadores desprotegidos, passando por intelectuais e por líderes da classe trabalhadora, pelo lado açoriano. Pela prepotência e iniquidade dos colonialistas angolanos sobre os negros, seus subordinados. Sem esquecer que no romance ressalta também a violência e até a barbárie geradas pela guerra colonial e pelas guerrilhas açorianas. Diria que este é um romance em grande parte escrito no avesso de um verso de Schiller do poema em que Beethoven se inspirou para compor o Hino à Alegria. Escreveu Schiller: “Todos os seres humanos devem ser irmãos”. Porém, há personagens que acolhem em suas consciências as palavras do grande poeta alemão. Lembremo-nos do sindicalista Manuel Cristóvão, do médico Clemente Araújo e dessa admirável personagem, a cega Ângela Maria.

Deixo, a terminar, alguns breves apontamentos acerca do que anteriormente escrevi. Numa das seis sequências do romance desnuda-se a barbárie da guerra da Guiné e a violência desalmada de parte a parte, tal como acontece em Angola, que, diz Mariano Franco “teima em não me sair da pele”, como acontece com muitos dos militares que combateram nas ex-colónias e não só na Guiné, como no caso do independentista açoriano.

Creio ser o momento oportuno para desvelar uma nova faceta de Mariano Franco que surge no final de uma sequência em que a propósito da Revolução dos Cravos ele diz o mesmo que muitos continentais disseram ao imaginar que iam perder privilégios, uns em voz baixa e outros em voz alta, enquanto terceiros enveredaram pelo caminho da violência em muitas vilas e cidades do Continente. Todavia, o espírito complexo e contraditório de Mariano Franco compreendeu em Lisboa, numa manifestação de rua, algo que muitos outros de diversos matizes políticos nunca quiseram perceber.

Os revolucionários, diz o antigo militante da FLA, “eram pessoas felizes na sua luta por aquilo em que acreditavam e que não possuíam. Viajavam a bordo e à proa da sua Revolução”, tal como o sindicalista Manuel Cristóvão se manteve sempre a lutar coerentemente por aquilo em que acreditava, quer nos Açores quer no Continente. Aliás, numa breve pince-lada, o narrador dá-nos um retrato claro do sindicalista, quando no Adro da Igreja do Rosário incitava todos os presentes a escorraçarem os “velhos devotos da Ditadura, fascistas que não se resignam a ser o que deveras são: órfãos cornudos do fascismo e inimigos da democracia para o povo”.

Resta-me registar uma referência ao Dr. Clemente Araújo que mostra inequivocamente a rijeza do seu carácter não tendo medo dos sinos a rebate na Igreja do Rosário, apesar de saber que era um sinal de que “temos outra vez à porta os burros do separatismo”. E, por tal razão não hesitou em vir para a rua sem atender aos pedidos em contrário da sua própria esposa. O médico Clemente Araújo é mais um personagem que comprova a já referida transversalidade sociológica do romance. Ele surge aos olhos do leitor como um intelectual que manifesta publicamente a sua indignação e revolta contra os energúmenos da FLA que haviam pintado muros e paredes das casas com ameaças de exílio ou morte aos socialistas e comunistas da freguesia.

O narrador tem ainda o cuidado literário de revelar ao leitor a razão de ser da profunda inquietação de Maria Leticia, companheira do Dr. Clemente Araújo, que não se prendia só com o marido, mas também com os perigos por que podia passar o seu irmão, Manuel Cristóvão, “de todos os mais temerário na oposição aos fascistas da FLA”. Porém, os tais fascistas foram derrotados.

A maestria narrativa de João de Melo não precisou de muitas páginas para mostrar a acção terrorista dos homens da FLA e o seu ódio às pacíficas populações que apoiavam a Revolução dos Cravos, enquanto, em simultâneo, exalta a resistência do povo democrático.

Termino com a certeza de que João de Melo conseguiu transfigurar realidades trágicas na arte resplandecente do romance *Livro de Vozes e Sombras*. Este é um poder que só os grandes escritores detêm. ■

O autor escreve segundo o anterior acordo ortográfico.

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos SÓCIOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
●Tel: 213819100
●Fax: 213819199
●spgl@spgl.pt
●Direção: spgl@spgl.pt
●www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios
●TEL: 21 381 9192
●apoiosocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso
●TEL: 21 381 9127
●contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos
●TEL: 21 381 9109
●servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)
●TEL: 21 381 9100
●servicos@spgl.pt

Centro de Documentação
●TEL: 21 381 9119
●fenprof@fenprof.pt

Direção Regional de Lisboa
Rua Fialho de Almeida, 3 - 3º
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100 Fax: 213819199
drlisboa@spgl.pt

Direção Regional do Oeste
●Caldas da Rainha
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B 2500-
329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240 E-Mail:
caldasrainha@spgl.pt
●Torres Vedras
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634 Fax: 261314906 E-Mail:
torresvedras@spgl.pt

Direção Regional de Santarém

●Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S. Domingos, 3º B
2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493
abrantes@spgl.pt
●Santarém
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq. 2000-
232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 243333627
santarem@spgl.pt
●Tomar
Av. Ângela Tamagnini, nº 28 r/c Esq.
2300-460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656 E-Mail:
tomar@spgl.pt
●Torres Novas
R. Padre Diamantino Martins,
lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290 E-Mail:
torresnovas@spgl.pt

Direção Regional de Setúbal

●Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º 2900-218
Setúbal
Tel: 265228778 Fax: 265525935 E-Mail:
setubal@spgl.pt
●Barreiro
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c 2830-336
Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079368 E-Mail:
barreiro@spgl.pt
●Almada
R. D. Álvaro Abranches da Câmara, nº 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865 E-Mail:
almada@spgl.pt

Viajando pelo Egito

Um grupo de 49 Docentes Aposentados do SPGL viajou para o Egito, de 21 a 29 de outubro. Foi intensa esta visita. Os contrastes chegaram a ser emocionantes. Uma lição!... Segue uma síntese da viagem feita pela colega M. de Fátima Manuel:

Veio um grupo do S.P.G.L.
Para o Egito passear
Saindo assim de Lisboa
Com algum atraso ao abalar.

Chegámos às pirâmides de Gizé
Um espanto, uma admiração
Assim como a grande esfinge
Fotos e mais fotos, que emoção!

Alexandria foi a antiga capital
Segunda cidade mais importante.
É uma pérola do Mediterrâneo
Um encanto para o viajante.

Uma visita com expectativa
Saímos assim de madrugada
Os templos de Abu Simbel
Que maravilha nos esperava!

O templo de Deus Horus
Bem conservado, tão especial
Fica no lugar de Edfu
Onde a admiração foi total.

Chegado o final do dia
Que maravilha que admiração
Fomos aos templos de Luxor
Uma maravilha da civilização.

Com um novo dia a começar
Seguimos a programação
Visitámos o Vale dos Reis
Os túmulos foram a sensação.

Fomos aos templos de Karnak
Uma visita impressionante
Apesar de algum cansaço
Houve cultura constante.

Sendo este o último dia
Ao Cairo foi dedicado
O Museu de Arte Egípcia
Pelo grupo foi admirado.

O bazar de Khan el Khalli
Há muito que era anunciado
Para ali fazer as compras
Cada qual ao seu agrado.

Agradecemos ao nosso guia Gamal
Que foi uma bela surpresa
Pela sua cultura e conhecimento
da Língua Portuguesa.

Paulo Freire: um educador do mundo



No passado dia 12 de outubro, no Espaço ABC, decorreu a apresentação do livro **PAULO FREIRE CENTENÁRIO: UM EDUCADOR NO MUNDO**, editado pela cooperativa Outro Modo, integrado nas comemorações do centenário do pedagogo. Foi resultado de uma iniciativa conjunta da Outro Modo e do SPGL, que assim se associou às comemorações do centenário de Paulo Freire.

A apresentação esteve a cargo da professora Débora Dias, organizadora da obra, juntamente com Adelaide Gonçalves e Fernando de la Quadra.

Débora Dias referiu os diferentes capítulos que compõem a obra: uma breve introdução, com o sugestivo título **“O impossível hoje é possível amanhã”**, que sintetiza as prisões e o exílio suportados por Paulo Freire, a edição de dois textos de Paulo Freire até agora inéditos em português – a conferência **Sou Projeto** (Chile 1991) e **Círculos de Cultura** (Chile, 1968), a tradução para português do estudo **Paulo Freire e os anos de exílio no Chile**, de Marcela G. Jiménez, e a republicação de dois textos publicados somente em Portugal: **Alfabetização e Consciencialização - Paulo Freire e militantes da Base - Frente Unida de Trabalhadores (Base-FUT)** e **Não há educação neutra** – entrevista de Paulo Freire ao *Jornal da Educação*.

Sem deixar de salientar a dimensão internacional de Paulo Freire, foi naturalmente sobre a presença das ideias de Paulo Freire em Portugal que se centrou a conversa com a vintena de docentes presentes, alguns dos quais participaram nas campanhas de alfabetização, segundo o modelo de Paulo Freire, que decorreu após o 25 de Abril de 1974, como uma aposta no

combate ao analfabetismo que atingia boa parte da população.

O pensamento político-pedagógico do pedagogo brasileiro desenvolveu-se em Portugal sobretudo com a circulação semiclandestina da obra **Pedagogia do Oprimido**, edição de Afrontamento, Porto, 1972. A vinda deste pedagogo ao nosso país esteve prevista em 1971 para participar num “ciclo de seminários práticos sobre o método de alfabetização de autoria do brasileiro”, integrado nas comemorações do II Aniversário do Centro Ecuménico e Reconciliação, em Buarcos. A sua vinda foi então proibida, com a alegação da ligação de Paulo Freire ao MPLA – Lúcio Lara solicitara a Paulo Freire o envio de material que possibilitasse a compreensão do Método Paulo Freire de Alfabetização de Adultos para aplicação a angolanos. Após o 25 de Abril, o pensamento de Paulo Freire estará presente em Angola, em Timor, em Moçambique e na Guiné-Bissau.

Foi sublinhada a estreita ligação de Paulo Freire aos movimentos católicos progressistas. No caso de Portugal destacou-se a relação com o movimento Graal e com a Base-FUT. É dessa proximidade que resulta o texto **Alfabetização e Consciencialização**, aqui republicado: um excelente diálogo do autor com duas trabalhadoras açorianas e uma jornalista fortemente empenhadas nas campanhas de alfabetização. Como sublinha a contracapa do livro, o itinerário internacionalista do pensamento pedagógico de Paulo Freire foi marcado pelo interdito, pela censura, por uma circulação clandestina e pelo exílio do pensador. Será ele capaz de se manter como um projeto libertador ou será “normalizado” pelos poderes dominantes? ■

Legislação

I Série

• Portaria n.º 259/2022

Portaria de extensão do contrato coletivo e suas alterações entre a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade - CNIS e a FEPES - Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços e outros

II Série

• Despacho n.º 12214/2022

Cria o grupo de trabalho com a missão de apresentar um relatório com propostas de alteração ao Decreto-Lei n.º 79/2014, de 14 de maio, (habilitação para a docência)

Concursos do pessoal docente dos ensinos básico e secundário e mobilidade interna

Dando continuidade à matéria supra identificada, que tem sido tema nas últimas rúbricas do "Escola Informação", nesta vai ser abordada a respeitante às "Necessidades temporárias" do pessoal docente que se encontra tutelada no artigo 25º e seguintes do D.L. nº 132/2012, de 27 de julho republicado pelo D.L. nº 83-A/2014, DE 23 de maio e alterado pelos Decretos-Lei nº 9/2016, de 7 de março, pela Lei nº 12/2016, de 28 de abril e pelo D.L. nº 28/2019, de 15 de março.

I – A primeira matéria em questão encontra-se inscrita nos artigos 25º a 31º do supra citado diploma legal sendo que o primeiro dos referidos preceitos legais determina quais os destinatários a integrar na referida mobilidade.

Assim e de acordo com o referido quadro legal são consideradas temporárias, não só as necessidades que resultem da não satisfação pelos concursos interno e externo das variações anuais de serviço docente como também as relativas à recuperação automática dos horários de mobilidade interna e as que forem indicadas pelas escolas portuguesas no estrangeiro.

A ordenação das necessidades temporárias em questão (decorridas nos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas) é efetuada de acordo com a graduação profissional na seguinte forma:

- Docentes de carreira a quem não possam ser atribuídas, pelo menos, seis horas de componente letiva;
- Docentes de carreira que queiram exercer transitória-mente funções noutra agrupamento de escolas ou em escola não agrupada;
- Os candidatos que não foram colocados no concurso externo no ano da respetiva realização;
- Os candidatos à contratação inicial.

O procedimento inerente à colocação dos docentes encontra-se tutelado pelo artigo 27º do diploma legal em questão que determina que as necessidades temporárias abrangem horários completos ou incompletos mediante propostas apresentadas pelos órgãos de Direção dos agrupamentos de escola e de escolas não agrupadas.

Por sua vez, os horários são preenchidos, pela DGAE, através de uma colocação nacional dos docentes a que se reporta o supra referido artigo 26º.

II – No que respeita a matéria relacionadas com a **mobilidade interna** do pessoal docente (que se encontra regulada no artigo 28º do supra identificado diploma legal) há que esclarecer que a mesma abrange duas

prioridades a saber:

- A **1ª prioridade** é destinada "... aos docentes de carreira a quem não é possível atribuir, pelo menos, seis horas de componente letiva";

- A **2ª prioridade** é destinada "... aos docentes de carreira dos quadros dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas do Continente e das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, que pretendam exercer transitória-mente funções docentes noutra agrupamento de escolas ou escola não agrupada do Continente."

O mesmo quadro legal prevê também que aos docentes que, para além de possuírem qualificação profissional em que se encontram provida também possuam outra para grupo de recrutamento diferente, é-lhes concedida a possibilidade de manifestarem preferência para esse mesmo grupo.

Há ainda que referir que a colocação dos docentes de carreira da 1ª e da 2ª prioridade mantem-se até ao limite de quatro anos de forma a garantir a continuidade pedagógica **desde que:** "... no agrupamento de escolas ou escola não agrupada em que o docente foi colocado, até ao final do primeiro período em horário anual, subsistir componente letiva com a duração mínima de seis horas."

Finalmente há que frisar que o legislador deste normativo que tutela a "Mobilidade Interna" determina ainda, no que respeita aos docentes incluídos na supra referida a) do nº 1 do artigo 28º em causa, que os mesmos:

- (... podem regressar à escola de origem quando nesta surjam disponibilidades de horário letivo com um mínimo de seis horas e o docente manifeste interesse nesse regresso);
- (... são candidatos necessários à mobilidade interna);
- Que os referidos docentes "... que não se apresentem ao procedimento previsto na presente secção são sujeitos à aplicação do disposto na alínea b) do artigo 18º" ou seja, à instauração de processo disciplinar aos docentes de carreira com vista à demissão ou despedimento.

Tendo em conta a extensão da matéria em apreço será dada continuidade à mesma na próxima rúbrica do "Escola Informação."

Com vista ao esclarecimento de alguma matéria abordada nesta rúbrica do "Escola Informação" poderão os docentes recorrer ao Departamento de Apoio a Sócios do SPGL. ■

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

LOCAL, REGIONAL E CENTRAL

24H

greve NACIONAL

**Não aceitamos
continuar a empobrecer!**

**18
NOV**

**É URGENTE
VALORIZAR OS SALÁRIOS
REPOR O PODER DE COMPRA**

**Frente
Comum**

Sindicatos
Administração
Pública



PARTICIPA | DIVULGA | MOBILIZA